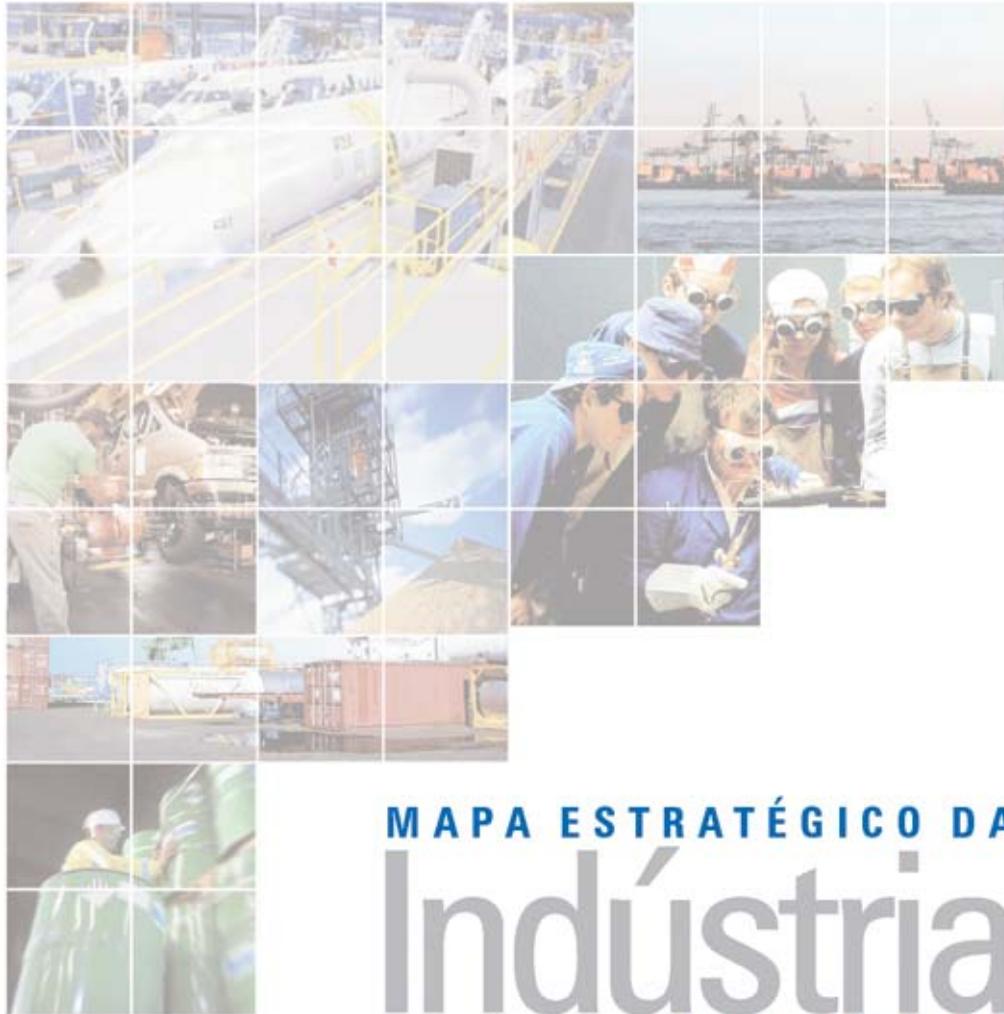




Fórum Nacional da Indústria



MAPA ESTRATÉGICO DA
Indústria

 2007-2015

Brasília
2005

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI

PRESIDENTE

ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO NETO

1º VICE-PRESIDENTE

CARLOS EDUARDO MOREIRA FERREIRA

VICE-PRESIDENTES

FRANCISCO RENAN ORONÓZ PROENÇA
ROBSON BRAGA DE ANDRADE
JOSÉ DE FREITAS MASCARENHAS
JOSÉ FERNANDO XAVIER FARACO
ABELÍRIO VASCONCELOS DA ROCHA
FRANCISCO DE ASSIS BENEVIDES GADELHA
FERNANDO CIRINO GURGEL
DANILO OLIVO CARLOTTO REMOR
ANTONIO JOSÉ DE MORAES SOUZA
ALFREDO FERNANDES
JOSÉ NASSER

1º SECRETÁRIO

LOURIVAL NOVAES DANTAS

2º SECRETÁRIO

JOSÉ CARLOS LYRA DE ANDRADE

1º TESOUREIRO

ALEXANDRE HERCULANO COELHO DE SOUZA FURLAN

2º TESOUREIRO

PAULO AFONSO FERREIRA

DIRETORES

FERNANDO ANTONIO VAZ
JOÃO OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE
CARLOS SALUSTIANO DE SOUSA COELHO
JORGE PARENTE FROTA JÚNIOR
JORGE MACHADO MENDES
IDALITO DE OLIVEIRA
SIVALDO DA SILVA BRITO
DAGOBERTO LIMA GODOY
OSVALDO MOREIRA DOUAT
LUIS EULALIO DE BUENO VIDIGAL FILHO
CARLOS ANTÔNIO DE BORGES GARCIA
FERNANDO DE SOUZA FLEXA RIBEIRO
ANTONIO FÁBIO RIBEIRO
JORGE ALOYSIO WEBER
OLAVO MACHADO JÚNIOR
JORGE WICKS CÔRTE REAL

CONSELHO FISCAL EFETIVOS

JULIO AUGUSTO MIRANDA FILHO
RONALDO DIMAS NOGUEIRA PEREIRA
JOSÉ BRÁULIO BASSINI

SUPLENTES

ADALBERTO DE SOUZA COELHO
FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA
JORGE ANTÔNIO PEREIRA LOPES DE ARAÚJO

MAPA ESTRATÉGICO DA
Indústria

© 2005. CNI – Confederação Nacional da Indústria.

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

O Mapa Estratégico da Indústria foi desenvolvido com o apoio e metodologia da empresa Symnetics.

CNI

Diretoria Executiva - DIREX

Ficha Catalográfica

C748m

Confederação Nacional da Indústria.

Mapa Estratégico da Indústria: 2007 – 2015 . – Brasília: CNI/DIREX, 2005.

121 p. : il.

ISBN 85-88566-53-2

1. Indústria Brasileira 2. Infra-Estrutura 3. Sistema Regulatório 4. Inovação 5. Gestão Empresarial 6. Pequenas e Médias Empresas 7. Desenvolvimento Sustentável 8. Produtividade 9. Responsabilidade Social 10. Responsabilidade Ambiental 11. Educação 12. Saúde 13. Comércio Exterior

CDU 65 (81)

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI

SBN Quadra 01 Bloco C – 17º andar
70040-903 - Brasília – DF
Tel.: (61) 317-9000
Fax: (61) 317-9500

<http://www.cni.org.br>
E-mail: sac@cni.org.br

APRESENTAÇÃO	
I. COMPROMISSO COM O FUTURO	11
Uma Ferramenta para a Gestão Estratégica da Indústria Brasileira	11
II. A ESTRATÉGIA DA INDÚSTRIA BRASILEIRA PARA OS PRÓXIMOS DEZ ANOS	13
III. AS PRINCIPAIS METAS PARA O BRASIL 2007 – 2015	17
Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015	20
1. Liderança Empresarial	21
1.1 Consolidar uma Visão Estratégica da Indústria e Aperfeiçoar o Sistema de Representação Empresarial	21
1.2 Participar Ativamente na Formulação de Políticas Públicas	22
2. Ambiente Institucional e Regulatório	23
2.1 Promover a Defesa da Concorrência e da Propriedade Intelectual	23
2.2 Promover a Redução do Tamanho do Estado e a Desburocratização, para Garantir a Transparência e Eficiência na Utilização de Recursos Públicos	24
2.3 Garantir a Segurança Jurídica e a Eficiência do Judiciário	25
2.4 Fomentar o Permanente Aperfeiçoamento do Sistema Político	26
2.5 Garantir a Segurança Pública	27
2.6 Reduzir a Carga, Simplificando e Aperfeiçoando o Sistema Tributário	28
2.7 Adequar a Legislação Trabalhista às Exigências da Competitividade	29
2.8 Garantir Marcos Regulatórios Estáveis e Sistemas Regulatórios bem Definidos	29
2.9 Adequar a Legislação e Competências das Instituições de Regulação do Meio Ambiente	30
3. Educação e Saúde	31
3.1 Garantir a Qualidade da Educação Básica	31
3.2 Garantir uma Educação Superior de Qualidade e Adequada às Necessidades da Economia do Conhecimento e do Sistema Produtivo	32
3.3 Fortalecer a Educação Profissional e Tecnológica	33
3.4 Promover a Inclusão Digital	34
3.5 Promover a Cultura Empreendedora e Difundir Valores de Livre Iniciativa e Ética Empresarial	34
3.6 Garantir o Acesso a um Sistema de Saúde de Qualidade	35
4. Infra-estrutura	36
4.1 Garantir a Eficiência Logística que Sustente o Crescimento da Indústria Brasileira	36
4.2 Garantir Disponibilidade de Energia a Preços Competitivos	37
4.3 Garantir a Continuidade do Desenvolvimento da Infra-estrutura de Telecomunicações	38
4.4 Assegurar Disponibilidade de Infra-estrutura de Saneamento Básico	39

5. Disponibilidade de Recursos	40
5.1 Desenvolver um Novo Padrão de Financiamento para o Setor Produtivo a Custos Competitivos Internacionalmente	40
5.2 Fomentar o Mercado de Capitais	41
5.3 Estimular a Atração e Retenção do Capital Humano	42
5.4 Promover o Uso Racional dos Recursos Naturais	42
6. Expansão da Base Industrial	45
6.1 Fomentar o Desenvolvimento da Micro, Pequena e Média Indústria	45
6.2 Estimular e Fortalecer Cadeias Produtivas e APLs	46
6.3 Promover a Industrialização Competitiva das Regiões Menos Desenvolvidas	47
7. Inserção Internacional	47
7.1 Desenvolver Cultura Exportadora das PMEs e a Capacitação das Empresas para a Exportação	48
7.2 Melhorar a Articulação Governo-Setor Privado para maior Eficiência nas Negociações Comerciais Internacionais	49
7.3 Desenvolver a Imagem e Marca dos Produtos Brasileiros no Exterior	50
8. Gestão Empresarial e Produtividade	51
8.1 Aumentar a Produtividade e Qualidade na Indústria	52
9. Inovação	52
9.1 Estimular a Atividade de Inovação nas Empresas	53
9.2 Desenvolver Infra-estrutura Tecnológica	54
9.3 Fomentar Centros Tecnológicos e Mecanismos de Acesso ao Conhecimento	55
10. Responsabilidade Social e Ambiental	56
10.1 Promover a Gestão Ambiental na Indústria	56
10.2 Desenvolver Cultura de Responsabilidade Social na Indústria	57
11. Posicionamento	61
11.1 Posicionamento: Produtos Competitivos e de Qualidade	61
11.2 Posicionamento: Produtos e Serviços Inovadores	62
11.3 Posicionamento: Produtos e Serviços de Maior Valor Agregado	62
11.4 Posicionamento: Reconhecimento de Marcas e Produtos Brasileiros	62
11.5 Posicionamento: Acelerar Crescimento do Produto Industrial	62
11.6 Posicionamento: Aumentar a Participação do Brasil no Comércio Global	63
12. Resultados para o País	67
12.1 Objetivo Estratégico: Crescimento Econômico	67
12.2 Objetivo Estratégico: Mais Emprego e Renda	68
12.3 Objetivo Estratégico: Elevação da Qualidade de Vida	68



12.4 Objetivo Estratégico: Diminuição das Desigualdades Regionais e Sociais	69
12.5 Objetivo Estratégico: Expansão dos Negócios com Geração de Valor	70
13. Desenvolvimento Sustentável	73
IV. OS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS	75
Liderança Empresarial	77
Ambiente Institucional e Regulatório	78
Educação e Saúde	80
Infra-Estrutura	81
Disponibilidade de Recursos	82
Expansão da Base Industrial	83
Inserção Internacional	83
Gestão Empresarial e Produtividade	85
Inovação	85
Responsabilidade Social e Ambiental	86
Distribuição dos Programas Estratégicos e Impacto nos Objetivos	87
Matriz de Impacto Programas x Objetivos	88
V. UM MODELO DE GESTÃO DA ESTRATÉGIA	89
VI. O INÍCIO DE UM PROCESSO	91
1. O Processo de Construção do Mapa Estratégico da Indústria	91
2. Participantes do Processo	94
ANEXO - PRINCIPAIS INDICADORES DO MAPA ESTRATÉGICO	99

APRESENTAÇÃO

A indústria quer e sonha com um País diferente. A indústria, representada pelo Fórum Nacional da Indústria da CNI, mobilizou dezenas de organizações empresariais e centenas de empresários para uma reflexão conjunta sobre o futuro da indústria e do País. O produto final desse trabalho, desenvolvido ao longo de seis meses, é o Mapa Estratégico da Indústria (2007-2015).

O País que queremos. O Mapa define objetivos, metas e programas capazes de consolidar o Brasil como uma economia competitiva, inserida na sociedade do conhecimento e base de uma das principais plataformas da indústria mundial: inovadora, com capacidade de crescer de forma sustentável, com mais e melhores empregos.

A indústria não aposta em soluções mágicas. O crescimento da economia e a melhoria de vida da população exigem um conjunto amplo de iniciativas e reformas interconectadas. Não há uma ação isolada com capacidade de gerar o crescimento. A inação sobre essa agenda é o que afeta o potencial de crescimento do País.

A agenda do Brasil é complexa. O País tem que enfrentar, simultaneamente, questões que já não participam da agenda das economias que competem conosco. O futuro da indústria brasileira está intimamente ligado à educação e ao conhecimento.

Medição e acompanhamento. Uma das principais inovações do Mapa Estratégico é a criação de um sistema de gestão para o acompanhamento da sua implementação. A indústria acompanhará periodicamente a evolução dos indicadores dos objetivos estratégicos. É a forma de corrigir ações e alertar a sociedade sobre os sucessos e fracassos em nossa rota rumo a 2015.

Jogar para vencer. A indústria confia em sua capacidade e na do País para vencer os desafios propostos para 2015. É uma tarefa de toda a sociedade. Exige alianças, parcerias, foco e energia.

Armando Monteiro Neto
Presidente da Confederação Nacional da Indústria

I. COMPROMISSO COM O FUTURO

A indústria não tem escolha. A única opção possível é ser uma indústria de classe mundial.

A indústria brasileira está definindo seu futuro. O Mapa Estratégico aponta o posicionamento da indústria no cenário competitivo global, as prioridades estratégicas e as bases necessárias ao desenvolvimento de uma indústria forte, dinâmica e com participação expressiva no comércio internacional.

A indústria não tem escolha. A única opção possível é ser uma indústria de classe mundial. A indústria brasileira compete em mercados globais e participa, de forma crescente, em cadeias de produção integradas. Isso impõe dois desafios: ela tem que estar preparada para responder aos desafios da globalização e às mudanças de organização da produção. O País tem que elaborar um programa coerente voltado para a criação de um ambiente econômico e institucional de classe mundial.

Esse Mapa é produto de uma visão compartilhada. Foi desenhado, com ampla participação empresarial, para ter permanência independente de mudanças de governos. Traduz o pensamento da indústria e busca o compromisso com a sociedade em torno de uma estratégia para o desenvolvimento do País. Servirá, também, para dar foco à própria atuação do Fórum Nacional da Indústria da CNI, orientando suas ações.

É um mecanismo de gestão de prioridades estratégicas. O Fórum utilizará periodicamente um Modelo de Gestão para acompanhamento de resultados, o que permite aos seus integrantes a avaliação do grau de implementação das prioridades.

Ação proativa. A indústria pretende atuar de forma proativa com a sociedade na mobilização dos recursos necessários, para implementar os Programas Estratégicos que afetarão o crescimento industrial brasileiro e, em última instância, garantir o desenvolvimento sustentável desta e das futuras gerações.

Uma Ferramenta para a Gestão Estratégica da Indústria Brasileira

O Mapa Estratégico da Indústria foi construído com base na metodologia do *Balanced Scorecard*, criado por Robert Kaplan, professor da *Harvard University*, e David Norton, consultor de empresas. O *Balanced Scorecard*, ou BSC, é um modelo de gestão que auxilia as organizações a traduzir a estratégia em objetivos, facilitando sua compreensão e implementação.

O uso do BSC como Modelo de Gestão da Estratégia traz, pelo menos, três grandes benefícios: a estratégia é descrita e comunicada de forma clara; viabiliza o foco na estratégia e na visão a longo prazo; cria um real sentido de organização, mobilizando para a ação.

Os principais componentes de um BSC são:

- **Mapa Estratégico:** expressa a maneira pela qual a estratégia será implementada. É um diagrama, que identifica os principais objetivos e estabelece entre eles relações de causa e efeito.
- **Objetivos:** representam o que deve ser alcançado ou o que é imprescindível para se chegar aos resultados esperados.
- **Indicadores:** mostram como será acompanhado o sucesso da estratégia, informando o foco de cada um dos objetivos e, ao mesmo tempo, sinalizando o direcionamento necessário para a implementação.
- **Metas:** estabelecem o nível esperado de desempenho e possibilitam a compreensão acerca do esforço necessário para a consecução.
- **Programas:** são as ações que devem ser realizadas para que as metas sejam atingidas e os objetivos alcançados.

Finalmente, o BSC possibilita, por meio dos ciclos de aprendizado operacional e estratégico, a constante atualização da estratégia, provendo aos líderes informações que fundamentam a tomada de decisão.

II. A ESTRATÉGIA DA INDÚSTRIA BRASILEIRA PARA OS PRÓXIMOS DEZ ANOS

Para cada problema há uma solução, que é simples, direta e errada.

H. L. Mencken

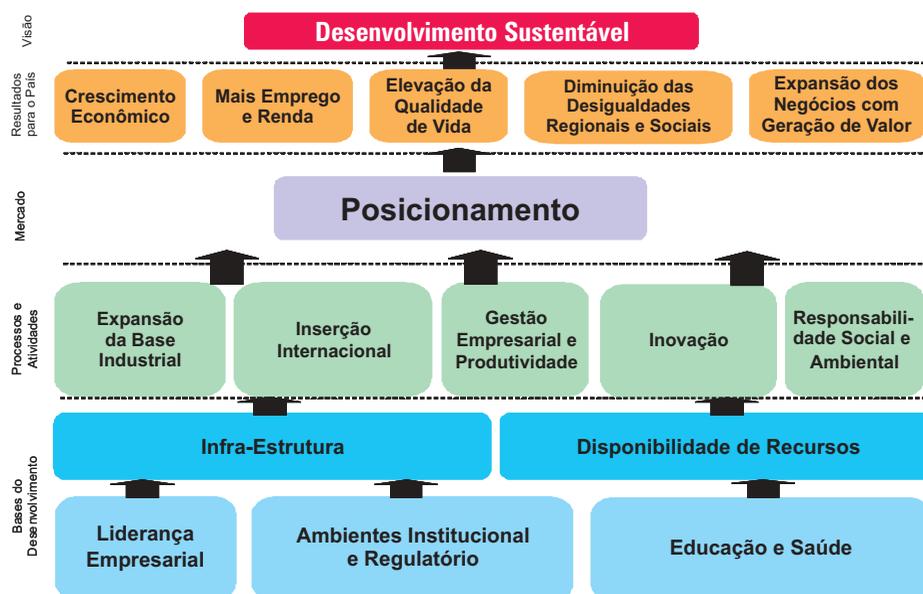
O Mapa Estratégico da Indústria (2007-2015) representa a visão da indústria sobre a agenda de desenvolvimento do setor e do País para os próximos dez anos. Expressa um conjunto de objetivos, metas e programas que envolvem o desenvolvimento de instituições e a implementação de políticas fundamentais para liberar o potencial de crescimento da economia brasileira.

O Mapa não apresenta soluções mágicas para o crescimento. É um exercício de relações de causa e efeito. Identifica um conjunto de iniciativas e de reformas institucionais que exercem um efeito cumulativo entre si e que reforçam a necessidade de um trabalho persistente. É a soma dessas iniciativas que liberará o potencial de crescimento da indústria e do País.

O Mapa reforça e recomenda soluções de mercado. Parte da premissa que o Estado deve garantir instituições sólidas e de qualidade, tornando-se capaz de coordenar ações necessárias à criação de um ambiente econômico competitivo.

O desenvolvimento institucional do País é causa e efeito do processo de crescimento. Escapar do círculo vicioso gerado por reformas institucionais parciais e inconclusas é o desafio do País. Ao liberar o potencial de crescimento, essas reformas geram as condições para um círculo virtuoso de novas reformas, que são viabilizadas pelos resultados desse processo de transformação.

O Mapa Estratégico é formado por um conjunto de elementos:



A diversidade e a complexidade da estrutura econômica brasileira não conduzem a soluções simples. A natureza dos seus avanços e problemas revela a necessidade de construção de estratégias diferenciadas.

Isso tem impacto na elaboração das reformas. De um lado, o Brasil precisa se preparar para a economia do conhecimento e investir nas fontes que favoreçam a capacidade de inovação das empresas. De outro, tem que enfrentar problemas básicos de infra-estrutura e de um sistema tributário ineficiente e obsoleto. São reformas de primeira e de última geração que têm que ser enfrentadas simultaneamente.

Respostas a uma estratégia industrial multifacetada. A agenda de modernização deve responder à complexidade dos caminhos da indústria. A estratégia do setor se forma a partir de uma base – a competitividade – e se alicerça na exploração das vantagens comparativas naturais e na aquisição de vantagens competitivas.

As fontes primárias da competitividade industrial são a produtividade e a eficiência. É uma tarefa que depende das empresas e da qualidade do ambiente em que operam. O acesso às tecnologias disponíveis (gestão, equipamentos, distribuição) é um fator decisivo para o aumento da produtividade das empresas. O sistema tributário, as regulações de trabalho e o custo do crédito têm um papel importante. Ante a baixa qualidade da regulação e do ambiente institucional, o Brasil pode ter ganhos expressivos apenas como resultado de avanços nessas áreas.

Na indústria brasileira estão presentes setores em que a principal fonte de competitividade são os preços dos fatores, reflexos das nossas vantagens comparativas naturais. Nessas indústrias, a qualidade da infra-estrutura é a variável crítica.

Para um grupo de empresas cada vez mais numeroso, o sucesso depende, essencialmente, do acesso à inovação. Nesse caso, as instituições de apoio à novidade e à educação avançada são os fatores diferenciadores.

A estratégia de competitividade da indústria brasileira é, portanto, complexa. A indústria nacional, independente da sua fonte básica de competitividade, requer investimentos crescentes em inovação. O caso da agroindústria é emblemático. O seu sucesso depende de sol, de terra, de água e de tecnologias.

Educação e conhecimento são pilares do Mapa. O aumento da competitividade e da capacidade de inovação dependem do equivalente a uma revolução no sistema de educação e da geração e difusão do conhecimento. A chave dessa transformação reside em medidas voltadas para a elevação da qualidade da educação básica e na criação de condições para o desenvolvimento de um sistema de educação continuada flexível e de qualidade.

É uma agenda com sobrecarga. Exige escolhas e opções que permitam maximizar o uso eficiente dos recursos disponíveis. Essa pressão por recursos emite um sinal: não há como prescindir de uma participação ativa do setor privado no maior número possível de atividades e de uma ação consistente para a consolidação de um Estado eficiente.

A plataforma básica de crescimento do Brasil tem rachaduras e falta de pilares. O Estado drena recursos do setor privado, as taxa de juros são anômalas, a infra-estrutura é inadequada, a tributação

é excessiva e ineficiente, e o judiciário ineficaz.

Atuar sobre essa agenda é liberar energias para o crescimento. O seu impacto é horizontal e afeta positivamente todas as empresas, independente de porte e de localização.

Enfrentar a agenda de eficiência operacional é o mínimo exigido para participar do jogo da competição internacional. Mas é insuficiente para formar uma estratégia.

A parte mais importante de qualquer estratégia é o posicionamento almejado, nesse caso, a posição que a indústria deseja ocupar na economia global. É a partir dessa premissa que devem ser discutidos os processos capazes de dar sustentação à estratégia.

O posicionamento proposto pela indústria para o Brasil é o de ser reconhecido internacionalmente por oferecer produtos competitivos, com elevados padrões de qualidade, inovação e valor adicionado. É fundamental para que o País acelere o crescimento da produção e aumente a participação no comércio global, condições essenciais para sustentar o desenvolvimento a longo prazo.

Em seus Processos e Atividades, o Mapa Estratégico da Indústria trata dos processos fundamentais e que apresentam relações de causa e efeito com os resultados esperados:

- Expandir a base industrial, promovendo o fomento de pequenas e médias empresas e de regiões menos favorecidas;
- Inserir-se internacionalmente, a partir do desenvolvimento da cultura exportadora doméstica e da melhoria das condições de acesso aos mercados internacionais;
- Melhorar a gestão empresarial, aumentando a qualidade e a produtividade;
- Dar ênfase à inovação, a fim de preparar as empresas para a competição da economia do conhecimento;
- Desenvolver cultura de responsabilidade sócio-ambiental, visualizando-a como uma oportunidade de negócio e um benefício para a sociedade.

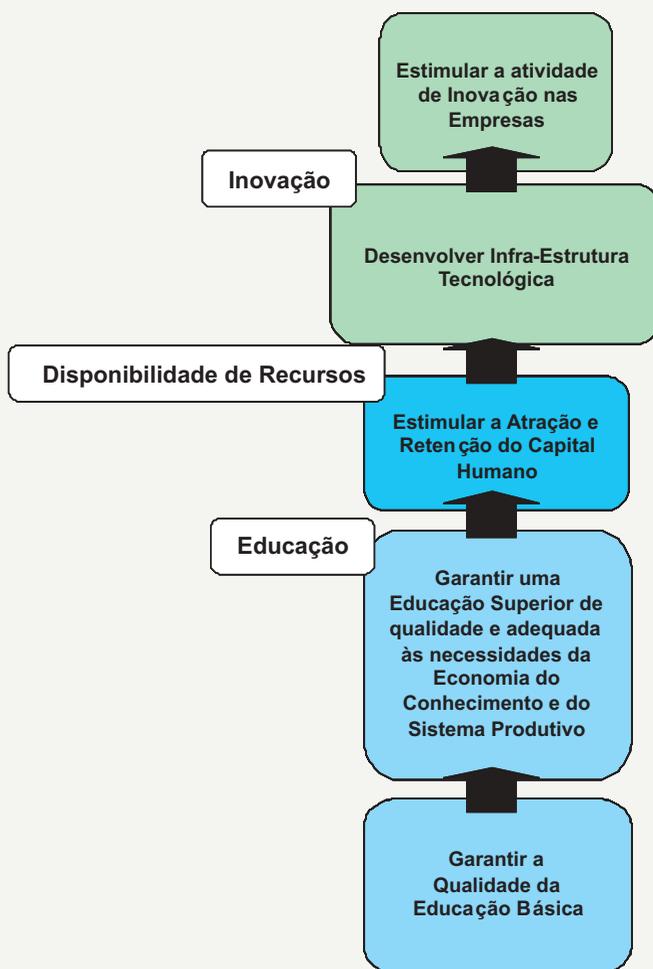
Os processos a serem desempenhados pela indústria terão sustentação, caso estejam disponíveis condições adequadas de infra-estrutura e de recursos humanos, ambientais e financeiros.

É primordial um ambiente institucional moderno, ágil e eficiente, bem como um ambiente regulatório estruturado e estável. Somam-se a essas condições a necessidade de um sistema de saúde de qualidade e um sistema educacional alinhado aos anseios da sociedade, que fomente o empreendedorismo e esteja preparado para atender os desafios da economia do conhecimento.

Por último, mas não menos importante, a indústria brasileira requer uma liderança empresarial coesa em torno de objetivos comuns, de uma visão estratégica consolidada e de um sistema de representação empresarial aperfeiçoado, de forma que o setor industrial participe ativamente da formulação de políticas públicas voltadas para o projeto de País para 2015.

Relações de Causa e Efeito

A lógica da estratégia está baseada em hipóteses que consideram que, no caso de um conjunto de objetivos estratégicos ser perseguido, o alvo será atingido.



O modelo de gestão do *Balanced Scorecard* traduz estas hipóteses em uma forma gráfica, por meio do Mapa Estratégico, explicitando-as em relações de **causa e efeito**.

Tendo claras as interações entre os objetivos estratégicos, os gestores podem confirmar as hipóteses, a fim de obter mais efetividade no processo de execução estratégica.

III. AS PRINCIPAIS METAS PARA O BRASIL 2007 – 2015

Já se afirmou que o mundo é governado pelos números. Conheço isto: os números nos dizem se ele está sendo bem ou mal governado.

Goethe

As metas estabelecem e comunicam o nível esperado de desempenho a todos os interessados na implementação da estratégia. É um mecanismo de mobilização, de comunicação e compartilhamento com todas as partes envolvidas.

No Mapa Estratégico da Indústria todos os indicadores foram alvo do estabelecimento de metas que serão usadas na gestão da estratégia, fundamentando a análise da implementação ao longo do tempo. Neste documento foram destacadas as principais metas de curto, médio e longo prazo propostas para o País.

Tabela 1 - Principais Metas para o Brasil

Indicadores	2007	2010	2015
Crescimento do PIB	5,5% a.a. (Taxa média até 2010)		7,0% a.a. (taxa média de 2010 a 2015)
Crescimento do PIB Industrial	7% a.a. (taxa média até 2010)		8,5% a.a. (taxa média de 2010 a 2015)
Índice de Produtividade da Indústria	Crescer 4% a.a	Crescer 6% a.a	Crescer 6% a.a
Taxa de Desemprego	9,0%	7,0%	6,0%
Total de Exportações de Bens e Serviços / PIB	22%	25%	30%
Crédito/PIB	Alcançar 40% (até 2010)		70%
Spread Bancário	Alcançar 20% (até 2010)		10%
Taxas Real de Juros	Alcançar 6% (até 2010)		4% (até 2015)
Carga Tributária	33%	30%	27%
Oferta de Energia	Crescimento médio de 7% a.a. Período até 2010		Crescimento médio de 8,5% a.a.de 2010 a 2015
Investimentos em Infra-estrutura dos Transportes/PIB	0,45%	0,5%	0,6%
Domicílios Atendidos por Rede Coletora de Esgoto	52%	60%	70%
Investimento Privado em Inovação/PIB	0,6%	0,8%	1,4%
Pisa	Alcançar a nota 486 (Espanha em 2001) até 2015		
Domicílios com Acesso à Internet	18%	25%	30%
Renda per capita (PPP)	Alcançar 12.000 PPP até 2015		
GINI	0,54	0,52	0,50
IDH	0,80	0,83	0,86

Nota: Ver ANEXO.



Mapa Estratégico da Indústria

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Visão

Resultados para o País

Partes Interessadas

- **Sociedade**
- **Trabalhadores**
- **Empresários**
- **Governo**

Crescimento Econômico

Mais Emprego e Renda

Elevação da Qualidade de Vida

Diminuição das Desigualdades Regionais e Sociais

Expansão dos Negócios com Geração de Valor

Mercado

Posicionamento

Produtos Competitivos e de Qualidade

Produtos e Serviços Inovadores

Produtos e Serviços de Maior Valor Agregado

Reconhecimento de Marcas e Produtos Brasileiros

Acelerar o Crescimento do Produto Industrial

Aumentar a Participação do Brasil no Comércio Global

Processos e Atividades

Expansão da Base Industrial

Fomentar o Desenvolvimento da Micro, Pequena e Média Indústria

Estimular e Fortalecer Cadeias Produtivas e APLs

Promover a Industrialização Competitiva das Regiões Menos Desenvolvidas

Inserção Internacional

Desenvolver a Cultura Exportadora das PMEs e a Capacitação das Empresas para Exportação

Melhorar a Articulação Governo-Setor Privado para Maior Eficiência nas Negociações Comerciais Internacionais

Desenvolver a Imagem e a Marca dos Produtos Brasileiros no Exterior

Gestão Empresarial e Produtividade

Aumentar a Produtividade e a Qualidade na Indústria

Inovação

Estimular a Atividade de Inovação nas Empresas

Desenvolver Infra-estrutura Tecnológica

Fomentar Centros Tecnológicos e Mecanismos de Acesso ao Conhecimento

Responsabilidade Social e Ambiental

Promover a Gestão Ambiental na Indústria

Desenvolver Cultura de Responsabilidade Social na Indústria

Bases do Desenvolvimento

Infra-estrutura

Garantir Eficiência Logística que Sustente o Crescimento da Indústria Brasileira

Garantir Disponibilidade de Energia a Preços Competitivos

Garantir a Continuidade do Desenvolvimento da Infra-estrutura de Telecomunicações

Assegurar Disponibilidade de Infra-estrutura de Saneamento Básico

Disponibilidade de Recursos

Desenvolver um Novo Padrão de Financiamento para o Setor Produtivo a Custos Internacionalmente Competitivos

Fomentar o Mercado de Capitais

Estimular a Atração e Retenção do Capital Humano

Promover o Uso Racional dos Recursos Naturais

Liderança Empresarial

Consolidar uma Visão Estratégica da Indústria e Aperfeiçoar o Sistema de Representação Empresarial

Participar Ativamente na Formulação de Políticas Públicas

Ambientes Institucional e Regulatório

Promover a Defesa da Concorrência e da Propriedade Intelectual

Promover a Redução e Desburocratização do Estado, Garantindo a sua Transparência e Eficiência na Utilização de Recursos Públicos

Reduzir a Carga, Simplificando e Aperfeiçoando o Sistema Tributário

Adequar a Legislação Trabalhista às Exigências da Competitividade

Garantir a Segurança Jurídica e a Eficiência do Judiciário

Fomentar o Permanente Aperfeiçoamento do Sistema Político

Garantir a Segurança Pública

Garantir Marcos Regulatórios Estáveis e Sistemas Regulatórios bem Definidos

Adequar a Legislação e Competências das Instituições de Regulação do Meio Ambiente

Educação e Saúde

Garantir a Qualidade da Educação Básica

Garantir uma Educação Superior de Qualidade e Adequada às Necessidades da Economia do Conhecimento e do Sistema Produtivo

Fortalecer a Educação Profissional e Tecnológica

Promover a Inclusão Digital

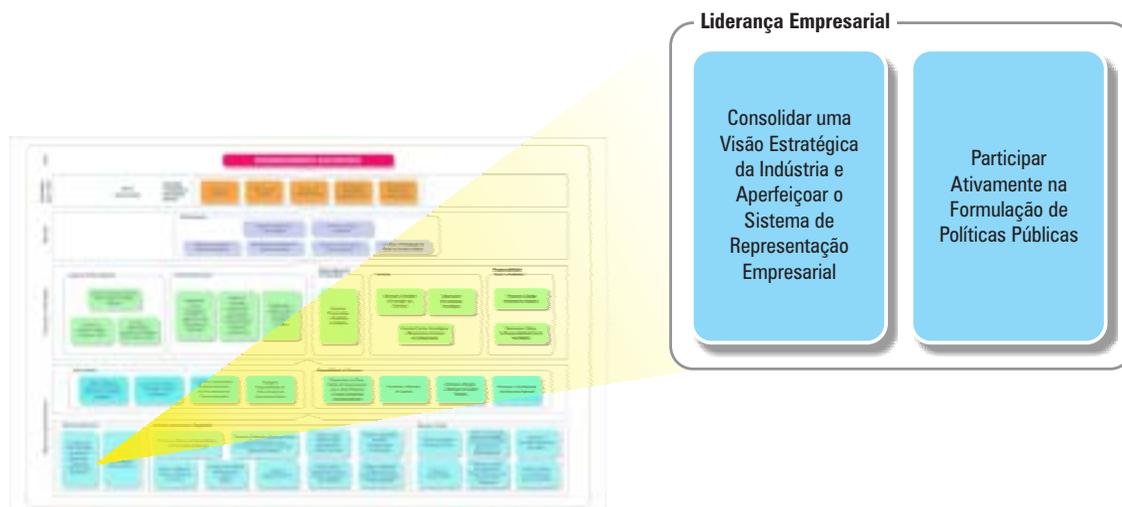
Promover a Cultura Empreendedora e Difundir Valores de Livre Iniciativa e Ética Empresarial

Garantir o Acesso a um Sistema de Saúde de Qualidade

1. Liderança Empresarial

Os empresários são agentes do desenvolvimento e da mudança. Não apenas com as iniciativas em suas empresas, mas também fora delas, como parte integrante da sociedade, ao participar da construção e da implementação de políticas públicas. O sucesso das medidas propostas no Mapa Estratégico da Indústria depende de uma liderança empresarial catalisadora, que impulse e mobilize a sociedade, além de ações privadas e de governo na direção das transformações necessárias ao desenvolvimento do País.

A visão da indústria para o Brasil é demonstrada no Mapa Estratégico. A capacidade de se avançar nessa direção depende de uma participação empresarial ativa no processo de formulação de políticas públicas. O desafio é ampliar apoios e alianças.



1.1 Consolidar uma Visão Estratégica da Indústria e Aperfeiçoar o Sistema de Representação Empresarial

O Mapa apresenta uma visão estratégica de longo prazo com objetivos claros e desafiadores. O processo de construção do Mapa Estratégico da Indústria teve, como objetivo, o alinhamento da indústria em torno da agenda para o País. Os desafios identificados são de vital importância não só para a indústria, mas para todos os demais setores da sociedade.

O aperfeiçoamento do sistema de representação empresarial é necessário para a maior expressão e eficácia da ação política empresarial. Progressos na articulação e na representação possibilitarão a mobilização dos empresários e da sociedade para implementar o Mapa Estratégico. O objetivo é promover melhorias estruturais no ambiente institucional capazes de criar um ambiente econômico adequado para viabilizar uma indústria de classe mundial.

Indicadores	Descrição
Implementação do Mapa Estratégico	Indica o esforço realizado para consolidar a visão estratégica por meio da implementação de programas do Mapa.

FONTE: CNI.

Indicadores	Descrição
Resultados do Mapa Estratégico	Indica o alcance dos objetivos propostos pelo Mapa (de um, não alcançado a cinco; plenamente alcançado).

FONTE: CNI.

1.2 Participar Ativamente na Formulação de Políticas Públicas

A ativa participação empresarial no processo de formulação de Políticas Públicas é fundamental para a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento empresarial e à modernização das instituições e da economia brasileira.

Essa participação deve ser aplicada em todas as etapas do processo de elaboração de políticas públicas: na identificação do problema; na definição dos itens que serão priorizados; na formulação; na implementação; e, por fim, no acompanhamento e na avaliação dos resultados obtidos.

A visão dos empreendedores, forjada a partir dos desafios da economia real, irá gerar, na elaboração das políticas públicas, um impulso ao processo de modernização das instituições brasileiras e das condições favoráveis ao crescimento; melhor qualidade das políticas em razão dos insumos e contribuições dos setores afetados; e maior adesão à política formulada.

Por fim, é importante ter capacidade de tornar visível a agenda do setor e defendê-la frente às autoridades públicas, parlamentares, partidos, lideranças, formadores de opinião e da sociedade que, como um todo, interferem, influenciam e decidem sobre as políticas públicas.

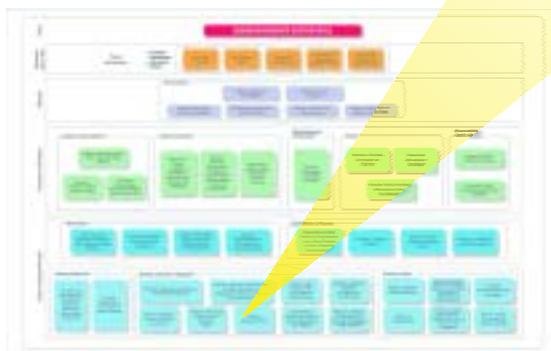
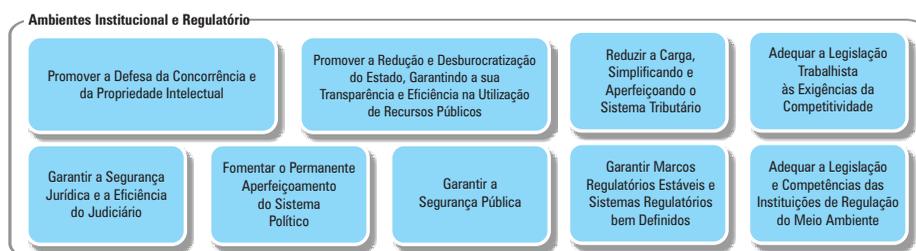
Indicador	Descrição
Resultados do Mapa Estratégico	Indica o alcance dos objetivos propostos pelo Mapa (de um, não alcançado; a cinco, plenamente alcançado).

FONTE: CNI.

2. Ambientes Institucional e Regulatório

O crescimento é mais rápido em países que dispõem de boas instituições. O Brasil tem pela frente o desafio de aperfeiçoar sua institucionalidade. Quanto mais rápida e eficaz for a implementação dessas transformações, maiores serão os benefícios em termos da criação de condições favoráveis ao crescimento.

A qualidade da regulação é fundamental para o progresso. Regras claras e seguras geram confiança nos investidores. Regras simples e o estímulo à auto-regulação ou co-regulação sustentam o espírito empreendedor dos empresários. Regras excessivas e supérfluas atrofiam as empresas e aniquilam empregos.



2.1. Promover a Defesa da Concorrência e da Propriedade Intelectual

É essencial que o País conte com instituições que garantam a preservação do ambiente concorrencial e com regras estáveis que estimulem os investimentos privados.

É tarefa do Estado monitorar os mercados, de modo a evitar que condutas ilegais dos agentes econômicos ou atos de concentração possam reduzir a concorrência e introduzir ineficiências produtivas e alocativas. A dinâmica do processo econômico não permite morosidade na apreciação dos atos de concentração. A existência de mercados contestáveis é importante para a dinâmica do crescimento e estímulo à inovação da economia.

A capacidade de inovação da economia é reforçada pela existência de níveis apropriados de proteção intelectual. Sem a garantia do direito de propriedade, as empresas retraem as decisões de investimento. A ausência de um sistema adequado de proteção da propriedade intelectual desvaloriza ativos, inibe investimentos e eleva os custos das empresas que tentam superar as deficiências de proteção do Estado.

A acertada proteção às marcas e às patentes incentiva os investimentos de empresas inovadoras. A segurança institucional evita a concorrência desleal e protege os investimentos realizados no aperfeiçoamento de produtos e processos.

A pirataria e, de maneira mais geral, as infrações à propriedade intelectual são fenômenos cada vez mais freqüentes e geram distorções para o funcionamento das economias.

A pirataria erode a arrecadação de tributos, compromete o funcionamento e a criação de empresas do setor formal da economia, afronta os direitos do consumidor e desencoraja a inovação industrial, e a criação artística, literária e científica nacional. Tem se constituído em um significativo obstáculo à inserção internacional do País, desestimulando os investimentos externos e as exportações.

Indicador	Descrição
Proteção à propriedade intelectual	Indicador aferido anualmente com empresários, em mais de 100 países, e mede o grau de satisfação em relação à proteção à propriedade intelectual.

FONTE: WEF.

Indicador	Descrição
Política antitruste	Indicador aferido anualmente e mede a eficiência da política antitruste.

FONTE: Global Competition Review.

2.2. Promover a Redução do Tamanho do Estado e a Desburocratização, para Garantir a sua Transparência e Eficiência na Utilização de Recursos Públicos

O Estado brasileiro gasta mal, tributa em excesso e inibe o crescimento econômico. O desenvolvimento requer um Estado eficiente, menos burocrático, mais ágil e transparente.

Um Estado hipertrofiado tem baixa eficiência e utiliza recursos em excesso para seu próprio funcionamento. Drena recursos da sociedade para atividades de baixa eficácia. Ao mesmo tempo, para justificar sua existência, regula em excesso e promove intervenções além do necessário na atividade dos agentes econômicos, com ônus para a eficiência da alocação privada dos recursos e a competitividade das empresas.

O excesso de regulamentação e as exigências burocráticas inibem investimentos, reduzem a produtividade e desestimulam novos empreendimentos.

Indicador	Descrição
Tamanho da Máquina do Estado	Indica a relação de Custeio mais Pessoal da União sobre o PIB. Procura medir o “tamanho” do governo em relação ao produto do País.

FONTE: Orçamento da União, MPOG e IBGE.

Indicador	Descrição
Burocracia	Indicador medido anualmente com empresários, em mais de 100 países, e busca aferir a percepção quanto à burocracia.

FONTE: WEF.

2.3 Garantir a Segurança Jurídica e a Eficiência do Judiciário

O funcionamento eficiente do setor privado pressupõe a existência e a aplicação de normas jurídicas claras e estáveis que tragam segurança ao empreendedor. Essas normas devem propiciar previsibilidade sobre o ambiente institucional no qual negócios e investimentos são realizados.

O processo de criação de normas, ao mesmo tempo em que deve visar a adaptação do sistema jurídico às mudanças econômicas e sociais, não pode gerar incertezas quanto aos direitos de propriedade e ao cumprimento dos contratos e decisões judiciais, a fim de que se consolide um ambiente institucional de maior segurança jurídica. Esse ambiente também propicia a redução de despesas acessórias das empresas com assessoramento jurídico e custos processuais.

No Brasil, a construção desse ambiente passa por uma mudança qualitativa no exercício das funções estatais nas suas diversas esferas. São exemplos a observância das melhores técnicas jurídicas e redacionais na elaboração das leis; um controle prévio mais rigoroso quanto à constitucionalidade de projetos de lei; a consolidação, em uma única lei, de legislações esparsas sobre uma mesma matéria; e o uso criterioso de medidas provisórias.

É necessário, ainda, que o Executivo evite a interposição incondicionada de recursos judiciais, o que concorre para a morosidade da prestação jurisdicional. O atual modelo de exercício da função jurisdicional deve ser revisto. A aplicação da justiça tem se mostrado excessivamente lenta, em favorcimento da manutenção de situações de irregularidades e em detrimento da declaração e execução, em tempo adequado, de direitos legítimos. Essa situação estimula o não cumprimento dos contratos e a apresentação de recursos judiciais com a finalidade de adiar decisões definitivas. Também precisa ser revisto o extenso poder normativo detido pela Justiça do Trabalho.

É essencial para o funcionamento adequado dos mercados que o Judiciário atue de forma rápida

e com baixo custo para resolução de conflitos e disputas de direito de propriedade. A maior eficiência do judiciário depende da desburocratização da legislação processual e da revisão da quantidade de recursos judiciais. Passa, ainda, pela facilitação do acesso à justiça; modernização e aparelhamento dos órgãos judiciais; maior difusão de informações sobre as decisões e o desempenho de cada um desses órgãos; e pelo estímulo a sistemas alternativos de composição de conflitos, a exemplo dos sistemas de arbitragem.

Indicador	Descrição
Eficácia da estrutura judiciária e processual	Indicador aferido anualmente com empresários de 102 países, sobre a eficácia da estrutura judiciária e processual.

FONTE: WEF.

Indicador	Descrição
Medidas Provisórias	Mede a evolução do número de medidas provisórias editadas anualmente pelo Poder Executivo.

FONTE: DOU.

Indicador	Descrição
Cumprimento de contratos	Número médio de dias necessários para cumprir um contrato.

FONTE: Banco Mundial.

2.4 Fomentar o Permanente Aperfeiçoamento do Sistema Político

O aperfeiçoamento do sistema político e partidário é necessário para ampliar a qualidade da governabilidade e da democracia.

A excessiva fragmentação partidária dificulta a formação de maiorias homogêneas que reflitam as demandas da sociedade que se projetam nas políticas públicas. Os partidos políticos não apresentam coesão doutrinária e não detêm a devida fidelidade de seus membros, o que os distancia das aspirações de seus eleitores, além de prejudicar a sustentação e a continuidade da ordenação institucional.

O fortalecimento dos partidos políticos é importante. Um sistema político assentado mais em pessoas do que nas instituições partidárias torna-se volátil e frágil.

O aprimoramento da legislação eleitoral é também necessário. Envolve diversos temas como: fidelidade e prazo de filiação partidária, para impedir a troca indefensável de partido (intensa migração

partidária); cláusula de desempenho, para evitar a proliferação de partidos sem eleitores; financiamento de campanhas, para democratizar o acesso de cidadãos aos pleitos eleitorais; proporcionalidade da representação, para compatibilizá-la com o princípio federativo.

Indicador	Descrição
Índice de implementação da Reforma Política	Avaliação sistemática da implementação da reforma política.

FONTE: CNI.

Indicador	Descrição
Migrações partidárias	Mede a evolução da quantidade de parlamentares que trocaram de partido político durante o ano.

FONTE: Congresso Nacional.

2.5 Garantir a Segurança Pública

A segurança pública no Brasil é crítica. Ameaça a cidadania, cria obstáculos à operação das empresas, à realização de novos investimentos e limita o desenvolvimento econômico.

A insegurança sobre o patrimônio, os custos privados de proteção e o reconhecimento de um crescente risco de vida, que ameaça as pessoas, têm contribuído para gerar um ambiente hostil à atividade econômica.

As origens do problema derivam de um quadro complexo que combina questões econômicas, educacionais, institucionais e legais. A solução depende de iniciativas continuadas para produzir efeitos permanentes e resultados progressivos.

Há um aspecto que exige ação imediata: a atuação profissional e rigorosa das polícias contra o crime. As diferentes modalidades de delitos atingem a todos os grupos sociais. A ação profissional depende da capacitação e de mais eficácia de atuação das polícias. Não se trata apenas de escassez de recursos humanos em seus quadros. Os equipamentos, métodos e procedimentos adotados estão ultrapassados e desconectados com os meios à disposição dos criminosos. É imperativo realizar os investimentos para aparelhar, treinar e remunerar melhor a polícia brasileira, restaurando sua dignidade e imagem.

Os problemas de insegurança também se fazem sentir fora dos centros urbanos. A fragilidade da vigilância nas fronteiras – rota de contrabando de mercadorias e drogas – e a elevada incidência do roubo de cargas no transporte rodoviário são ilustrativos.

Indicador	Descrição
Custo do Crime para os Negócios	Indicador aferido anualmente, em mais de 100 países, e mede a percepção empresarial quanto ao custo do Crime para os Negócios.

FONTE: WEF.

Indicador	Descrição
Confiabilidade na Polícia	Indicador aferido anualmente e mede a percepção da população quanto à Confiabilidade na Polícia.

FONTE: CNI.

Indicador	Descrição
Indicador de mortes violentas	Participação das mortes violentas no total de óbitos.

FONTE: IBGE.

2.6 Reduzir a Carga, Simplificando e Aperfeiçoando o Sistema Tributário

O total de impostos pagos pela sociedade é extremamente alto e tem sido aumentado constantemente pelo governo. A carga tributária de 2003 alcançou 35% do PIB e, em 2004, voltou a crescer. As freqüentes mudanças no sistema tributário, na sua maioria, visaram exclusivamente elevar o poder arrecadatório do Estado.

A inaceitável carga recai pesadamente sobre o setor produtivo, inclusive sobre investimentos e exportações. A redução da carga é indispensável para se enfrentar os desafios de uma competição cada vez mais acirrada nos mercados internacional e doméstico.

As diversas alterações tornaram o sistema tributário excessivamente complicado e sem transparência. A persistência da cumulatividade no sistema e a multiplicidade de alíquotas e bases tributárias reduzem a competitividade dos produtos brasileiros. A complexidade exige esforço das empresas para cuidar das obrigações com o fisco, impondo elevados custos acessórios. A freqüência das mudanças causa insegurança jurídica. A simplificação gera concorrência e evita desperdício de recursos.

O sistema tributário atual ainda onera o investimento em capital fixo e desestimula o investimento na produção. Também contribui para a manutenção de altas taxas de juros, pois há pesada cunha fiscal sobre o *spread* bancário. Um dos seus efeitos é a proliferação da informalidade na atividade produtiva, gerando queda na base de arrecadação e a concentração da tributação em uma parcela crescentemente menor dos agentes econômicos.

Indicador	Descrição
Carga tributária	Indica a relação entre o total de impostos arrecadados sobre o PIB,

FONTE: IBGE.

2.7 Adequar a Legislação Trabalhista às Exigências da Competitividade

O sistema de regulação das relações do trabalho é rígido e excessivo, o que dificulta a adaptação das empresas às mudanças conjunturais, afeta negativamente sua capacidade de competir no mercado mundial, inibe investimentos e desestimula a criação de novos postos de trabalho.

A adequação da legislação trabalhista envolve ações que incentivem a introdução de formas alternativas de contratação, diminuam os encargos trabalhistas e reduzam os obstáculos legais à livre negociação entre as partes.

Ajustar a legislação trabalhista ao ambiente econômico atual vai reduzir os custos de contratação e aumentar os incentivos para que as empresas operem na formalidade. Aproximar as práticas trabalhistas brasileiras daquelas encontradas na maioria dos países concorrentes do Brasil vai melhorar a capacidade competitiva das empresas nacionais.

A modernização da legislação trabalhista é um elemento fundamental na estratégia da indústria de ampliar sua produtividade e qualidade, permitindo a aceleração do crescimento do produto industrial e da participação brasileira no comércio global.

Indicador	Descrição
Rigidez das relações de trabalho	Indica a flexibilidade de contratação e demissão e as condições de emprego, e varia de 0 a 100, sendo 0=menos rígido e 100=mais rígido

FONTE: Banco Mundial.

2.8 Garantir Marcos Regulatórios Estáveis e Sistemas Regulatórios bem Definidos

Um modelo regulatório estável e adequado é um dos requisitos para um ambiente institucional propício ao investimento privado e ao desenvolvimento econômico.

A criação de agências reguladoras é uma resposta do Estado às necessidades de geração de um marco jurídico e regulatório, que garanta um modelo de regras estáveis e transparentes. No Brasil, esse arcabouço institucional, embora recente, já requer aperfeiçoamentos. Para que contribuam efetivamente para a manutenção de um ambiente institucional seguro, as agências reguladoras devem ser dotadas de independência, transparência, delimitação precisa de suas funções, autonomia financeira e excelência técnica. Seus gestores e responsáveis máximos devem ter seus mandatos preservados em sua totalidade.

Indicador	Descrição
Eficiência dos marcos regulatórios e agências reguladoras	Mede a percepção do industrial brasileiro quanto à eficiência dos marcos regulatórios e quanto à qualidade das agências reguladoras (autonomia, excelência técnica, transparência e adequado exercício de suas competências).

FONTE: CNI.

2.9 Adequar a Legislação e Competências das Instituições de Regulação do Meio Ambiente

O maior desafio para a política de meio ambiente no Brasil é o de garantir, simultaneamente, padrões crescentes de qualidade e de conservação ambiental e um sistema eficiente de regulação que não implique incertezas, elevação do risco empresarial e bloqueio de decisões de investimentos.

Os principais problemas resultam do processo de implementação da política ambiental no Brasil e sua superação exige avanços no campo institucional, onde se localizam conflitos de atribuições e competências que, além de gerar efeitos negativos sobre as empresas, afetam a qualidade e eficácia da política ambiental. A diversidade de legislações, regulamentos e normas técnicas contribui para agravar esse quadro, notadamente quando tais atos exorbitam os limites legais.

O relacionamento das empresas com os órgãos ambientais de governo se realiza, principalmente, por meio de paradigmas clássicos de políticas de comando e controle. Os mecanismos de auto e co-regulação devem ser mais utilizados.

A prévia audiência dos interessados, em particular do setor produtivo, principal destinatário das normas ambientais, deve ser obrigatória. A legislação ambiental deve procurar incluir previsão legal de incentivos econômicos para que o setor produtivo possa ter condições favoráveis para investir em tecnologias limpas.

É recomendável a inserção de instrumentos alternativos à lide judicial na resolução de conflitos ambientais, tais como o instrumento da mediação e arbitragem, evitando-se uma progressiva e nefasta judicialização do sistema de licenciamento ambiental, que o tornaria inviável.

As ações de gestão ambiental, em instrumentos como auditoria, rotulagem e certificações, não devem ser objeto de normas legais, mas sim de adesão voluntária e devem agregar vantagem competitiva para as indústrias brasileiras.

Indicadores	Descrição
Extrapolação dos limites legais	Levantamento para identificar, na avaliação da CNI, as normas e regulamentos ambientais que extrapolam os limites legais.

FONTE: CNI.

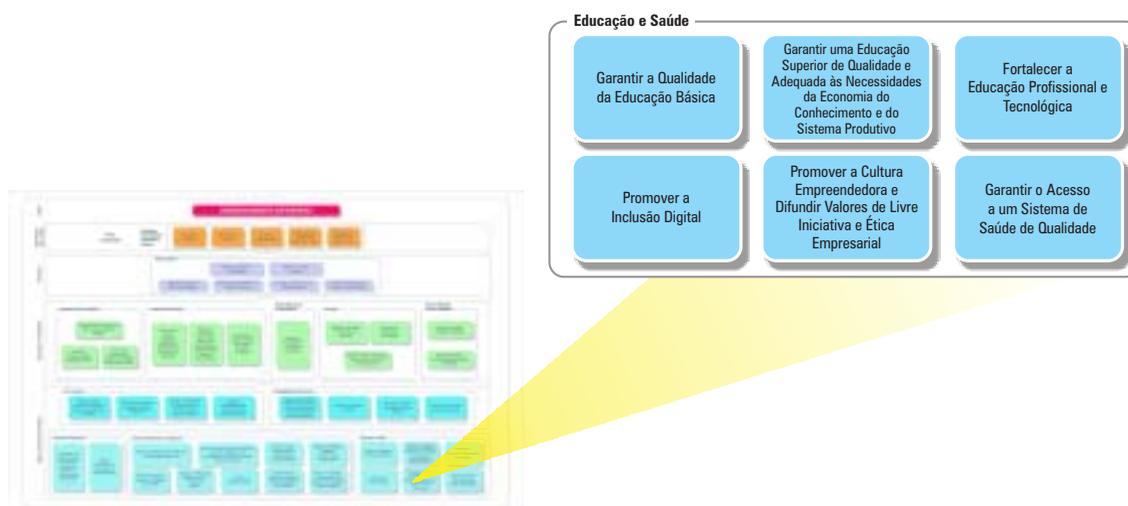
Indicadores	Descrição
Conflitos de competência	Levantamento para identificar, na avaliação da CNI, atos administrativos dos órgãos ambientais que reflitam conflitos de competência nas diferentes esferas de governo.

FONTE: CNI.

3. Educação e Saúde

A educação é uma fonte de crescimento e uma das bases da elevação da produtividade. A educação e a saúde da população brasileira são pilares do Mapa Estratégico.

O posicionamento competitivo da indústria brasileira está, cada vez mais, apoiado na agregação de valor e na inovação. É imprescindível prover um ambiente de geração e disseminação de conhecimentos em grande escala, fundado no acesso amplo às tecnologias de informação, no desenvolvimento de competências profissionais e humanas adequadas às necessidades do setor produtivo e no fomento ao empreendedorismo e à criatividade.



3.1 Garantir a Qualidade da Educação Básica

As políticas de universalização do acesso ao ensino fundamental – a taxa de escolarização líquida da população de 7 a 14 anos supera 95% – não garantiram uma educação básica de qualidade e esse deve ser o foco principal da estratégia educacional do País.

O reduzido percentual da população matriculada no ensino médio – cerca de 37% – demonstra a incapacidade do sistema em proporcionar educação básica para a população-alvo, com um elevado percentual de jovens entre 15 e 17 anos que sequer estão na escola. Afetar positivamente a qualidade do ensino fundamental e oferecer vagas suficientes para o ensino médio são os principais desafios para garantir uma educação básica de qualidade no País.

Em um ambiente marcado pela crescente competição e por contínuas mudanças tecnológicas, a educação básica de qualidade assume um papel fundamental para o desenvolvimento das empresas

e de uma economia competitiva. Para alcançar esse objetivo, é preciso implantar a gestão de qualidade nas escolas e melhorar a formação e remuneração do professor. Manter os alunos na escola por todo o período da educação básica é um importante desafio. A indústria conta com um contingente de trabalhadores com escolaridade média abaixo de cinco anos.

Elevar a qualidade da educação básica permitirá ao País aumentar o estoque de capital humano com efeitos diretos nas estratégias da indústria, de melhorar a produtividade e a qualidade e de estimular a atividade de inovação nas empresas.

Indicador	Descrição
PISA	<i>Programme for International Student Assessment (PISA)</i> é um teste de diagnóstico aplicado em alunos de 15 anos, avaliando conhecimentos em leitura, em matemática e em ciências.

FONTE: OECD.

Indicador	Descrição
Trabalhadores com nível médio	Número de jovens e adultos trabalhadores da indústria com escolaridade média completa, em relação ao total de trabalhadores da indústria.

FONTE: SESI e CNI.

3.2 Garantir uma Educação Superior de Qualidade e Adequada às Necessidades da Economia do Conhecimento e do Sistema Produtivo

O ensino superior brasileiro precisa atender às necessidades da economia do conhecimento e do desenvolvimento industrial do País, promovendo a oferta de novos talentos e competências. Os conteúdos acadêmicos devem ser reformados para incluir habilidades e novas competências (capacidade de comunicação, resolução de problemas, trabalho em equipe) e orientados à utilização prática dos conhecimentos teóricos, favorecendo a empregabilidade dos profissionais formados.

A manutenção de condições para o aprimoramento de instituições privadas de educação e de novas fontes de provisão de conhecimento são fundamentais para o atendimento das demandas empresariais e da sociedade. A reforma do sistema de educação superior deve ter estas preocupações como referência.

Entre outros desafios, a reforma deve garantir a instituição de um sistema adequado de avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES), a ampliação da oferta de ensino superior na área tecnológica e o desenvolvimento de pesquisa básica e aplicada com padrão internacional.

Indicador	Descrição
Matrículas em área de ciências exatas e tecnológicas	De todas as matrículas efetuadas no ensino superior durante o ano, qual percentual refere-se a matrículas em áreas de ciências exatas e tecnológicas.

FONTE: INEP/MEC.

3.3 Fortalecer a Educação Profissional e Tecnológica

A educação profissional e tecnológica constitui um suporte estratégico para a sustentabilidade e a competitividade da indústria brasileira. O ambiente industrial vem apresentando crescentes níveis de exigência e de complexidade no trabalho, em função da velocidade e profundidade com que vêm sendo incorporadas inovações tecnológicas e novas formas de organização da produção.

As competências dos trabalhadores geradas e mobilizadas nesse contexto tendem a se modificar constantemente. São valorizadas competências que vão além dos conhecimentos científicos e tecnológicos e incluem habilidades básicas, específicas e de gestão, atitudes relacionadas à iniciativa, criatividade, solução de problemas e autonomia e valores relacionados à ética e responsabilidade. Este quadro gera impacto sobre as instituições que atuam no campo da educação profissional e tecnológica, especialmente em sua capacidade de contribuir para a competitividade da indústria brasileira e a empregabilidade dos trabalhadores.

É fundamental garantir o atendimento das demandas de formação inicial e continuada de trabalhadores, de educação profissional técnica de nível médio e de educação profissional tecnológica, de graduação e pós-graduação. A oferta de uma educação básica de qualidade, desenvolvida de forma articulada às modalidades acima mencionadas, representa um importante desafio. Outros problemas da educação profissional e tecnológica enquadram-se na prospecção adequada da demanda por educação técnica e tecnológica, na flexibilização da oferta de educação técnica e tecnológica e no reconhecimento de competências dos trabalhadores.

Indicador	Descrição
Resultado da Formação Profissional	Proporção de alunos formados que se encontram em atividade no mercado de trabalho um ano após a conclusão do curso.

FONTE: SENAI.

3.4 Promover a Inclusão Digital

A difusão acelerada das novas tecnologias de informação e comunicação vem promovendo profundas transformações na economia mundial e está na origem de um novo padrão de competição. A promoção da inclusão digital, nesse ambiente, é estratégica.

O quadro de exclusão digital no Brasil é, entretanto, preocupante. Apenas 15% dos domicílios possuem microcomputador e 11% têm acesso à Internet. A maioria da população ainda não desfruta das vantagens das novas tecnologias da informação e comunicação.

Os desafios são enormes. Segundo pesquisa anual do Fórum Econômico Mundial, divulgada em Genebra, em 2003 o Brasil caiu da 29ª para a 39ª posição no *ranking* dos países mais bem preparados para os benefícios da tecnologia da informação.

Na área industrial, apesar das perspectivas de melhoria da produtividade oferecidas pelas tecnologias de informação e comunicação, sua utilização pelas empresas brasileiras ainda está distante do seu potencial. A baixa difusão do uso dessas tecnologias representa desvantagem das empresas brasileiras em relação à competição internacional.

Indicador	Descrição
Domicílios com acesso à Internet	Mede o grau de penetração que a Internet tem nos domicílios privados brasileiros.

FONTE: IBGE.

Indicador	Descrição
Rede de Educação Pública e Privada com acesso a Internet	Mede o grau de penetração que a Internet vem conseguindo na educação brasileira (fundamental e média).

FONTE: INEP/MEC.

3.5 Promover a Cultura Empreendedora e Difundir Valores de Livre Iniciativa e Ética Empresarial

A divulgação da cultura empreendedora e a valorização da atividade empresarial são essenciais para o crescimento do País. O elo de ligação é a interdependência entre empreendedorismo e inovação. A sua difusão requer processos educativos capazes de formar profissionais para empreender e inovar.

Promover a cultura empreendedora na educação significa desenvolver valores para criar a prática de comportamentos individuais na busca de soluções e iniciativas na gestão do próprio negócio, na participação e organização das formas de geração de renda e emprego e na condição de cidadão ativo, como empreendedor social.

Requer uma atitude proativa e inovadora do cidadão para sua sustentação, que deve ser difundida entre crianças, jovens e adultos como uma possibilidade de aplicação de conhecimentos e de realização pessoal, de utilização da criatividade, habilidade, liderança e visão de futuro.

Deve ser apoiada pelo sistema de ensino com o desenvolvimento de conceitos, tecnologias, metodologias e práticas e com o suporte para a aplicação de princípios de organização, técnicas e normas facilitadoras do sucesso da iniciativa individual e coletiva.

Indicador	Descrição
Educação Empreendedora nas Escolas	Indica o % de escolas que incluem conteúdos de educação empreendedora nas modalidades de educação básica e superior.

FONTE: CNI/IEL/SESI.

3.6 Garantir o Acesso a um Sistema de Saúde de Qualidade

O sucesso de um país depende da qualidade de seu capital humano, que requer o acesso da população a um sistema de saúde preventivo, curativo e emergencial de qualidade.

O sistema brasileiro de saúde não cumpre esse objetivo de forma satisfatória, o que resulta em morte prematura, incapacitação para o trabalho, absenteísmo elevado e limitação ao desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos.

O sucesso deste objetivo, além de contribuir para a elevação da qualidade de vida da população, permitirá que a indústria disponha de recursos humanos de qualidade, capazes de responder aos desafios da produção. Adicionalmente, favorecerá a diminuição do número de acidentes no local de trabalho.

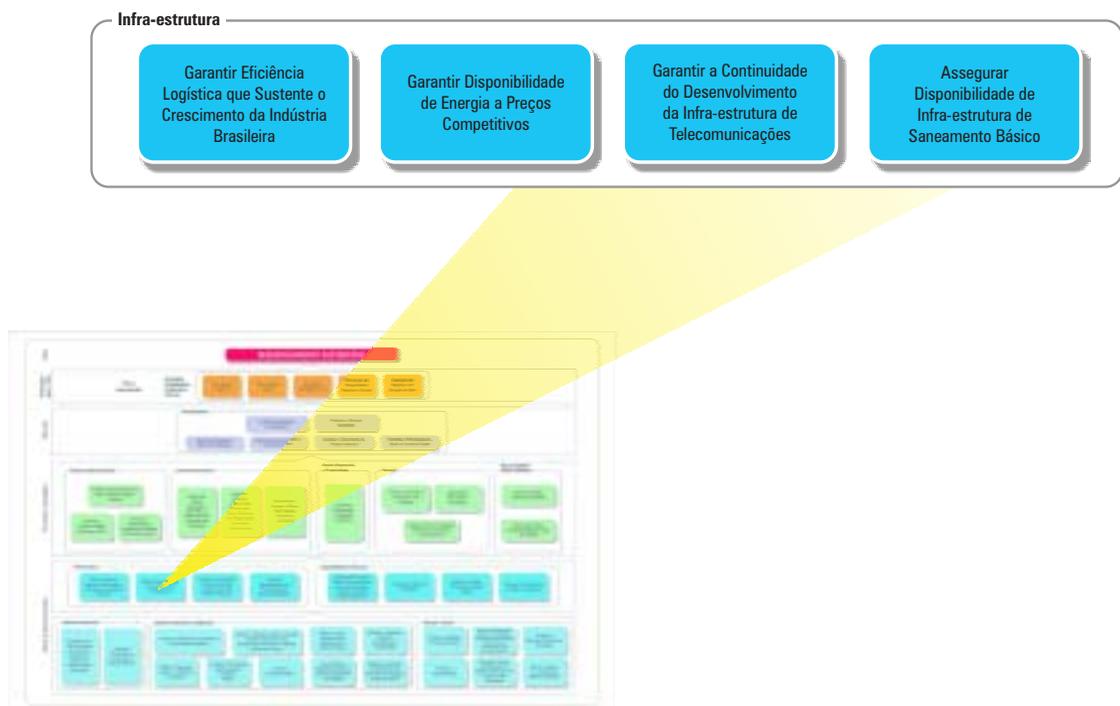
Como uma das bases para o crescimento, o acesso a um sistema de saúde de qualidade se reflete na estratégia da indústria de forma transversal, com destaque para os processos que visam aumentar a produtividade e a qualidade.

Indicador	Descrição
Expectativa de vida (HALE)	Mede a expectativa de vida ao nascer, ajustada para as condições de saúde dos indivíduos.

FONTE: OMS.

4. Infra-estrutura

A oferta, qualidade e custos da operação da infra-estrutura são determinantes da competitividade. O impacto da insuficiente expansão, manutenção e modernização destes serviços tem sido elevado, representando uma desvantagem para o País. Esses problemas são também oportunidades de investimentos. Marcos regulatórios adequados são a chave para a atração do capital privado.



4.1 Garantir a Eficiência Logística que Sustente o Crescimento da Indústria Brasileira

O Brasil possui elevado déficit de infra-estrutura básica de transportes. Existem problemas na oferta dos serviços de transporte rodoviário, ferroviário, marítimo e fluvial e no sistema portuário. A competitividade das empresas brasileiras tem sido significativamente afetada.

Há restrições que não permitem ao Brasil pôr em prática os novos esquemas de logística adotados nos países desenvolvidos e, conseqüentemente, de se beneficiar das fortes reduções de custo proporcionadas por essas novas técnicas de gerenciamento dos sistemas de transporte. O País ainda guarda concepções regulatórias ancoradas no modelo de baixa concorrência predominante entre os anos 60 e 70.

Para garantir uma oferta logística eficiente, que sustente o crescimento da indústria, é imprescindível um maior aporte de recursos ao setor, além da concretização de novas formas de parceria entre os setores público e privado.

É necessário o aperfeiçoamento dos marcos regulatórios e das estruturas de administração e de planejamento setorial. Este aperfeiçoamento do ambiente institucional e regulatório deve ter como objetivo reduzir as incertezas, de modo a permitir o ingresso permanente de recursos privados ao setor.

Indicador	Descrição
Estado de conservação das rodovias	Indica o percentual de rodovias analisadas em pesquisa da CNT em estado Ótimo ou Bom.

FONTE: CNT.

Indicador	Descrição
Infra-estrutura Geral do País	Indicador aferido anualmente pelo WEF, por meio de pesquisa de opinião com empresários de mais de 100 países quanto à satisfação dos mesmos com a infra-estrutura de transportes geral do País.

FONTE: WEF.

Indicador	Descrição
Investimentos em infra-estrutura dos transportes / PIB	Indica o total investido pelo governo federal em relação ao PIB.

FONTE: Orçamento da União.

4.2 Garantir Disponibilidade de Energia a Preços Competitivos

A disponibilidade de energia é um determinante da capacidade competitiva da indústria. É preciso assegurar que a indústria tenha acesso ao suprimento de energia com qualidade e com preços que lhe garantam condições de competitividade nos mercados interno e externo. Este objetivo deve contemplar todas as fontes energéticas.

Suprimento de baixa qualidade e escassez de energia refletem-se no resultado das empresas, ao elevar custos e comprometer os produtos. Problemas de fornecimento de energia elétrica postergam decisões de investimentos e desarticulam processos produtivos.

A importância desse objetivo estratégico para a indústria traduz-se na imperiosa necessidade de aumento da oferta de energia elétrica e gás natural, o que requer a expansão do parque gerador, das redes de transmissão e distribuição de eletricidade e da malha de gasodutos.

São também necessárias a redução dos impostos, das contribuições e dos encargos incidentes sobre a tarifa, a ampliação do mercado livre de energia e o estímulo à competição entre os operadores e a qualidade dos serviços prestados.

Para a efetiva consecução desse objetivo é primordial assegurar as condições institucionais e regulatórias que estimulem o investimento privado.

Indicador	Descrição
Oferta de Energia	Expansão anual liberada para comercialização, medida em porcentagem de crescimento no ano.

FONTE: Aneel/ONS.

Indicador	Descrição
Tarifa Industrial/ <i>Benchmark</i> Internacional	Tarifa Industrial (média nacional) em relação aos países da OECD (US\$/MWh).

FONTE: Aneel/OECD.

4.3 Garantir a Continuidade do Desenvolvimento da Infra-estrutura de Telecomunicações

A disponibilidade de serviços modernos e eficientes de telecomunicações constitui fator de competitividade para a indústria. É importante não só a expansão de redes, terminais e servidores, como também a viabilização de novos produtos característicos da sociedade da informação.

No Brasil, o setor de telecomunicações apresenta avanços notáveis. O processo de privatização atraiu investimentos, baixou os preços e ampliou a oferta de serviços. A expansão desses serviços está condicionada à continuidade dos investimentos e à redução da carga tributária incidente sobre as tarifas que, no Brasil, está muito acima da média praticada no mercado internacional.

É necessário garantir que a infra-estrutura de telecomunicações continue evoluindo conforme os avanços tecnológicos mundiais, para dar suporte adequado ao crescimento industrial.

Indicador	Descrição
Investimentos na infra-estrutura de telecomunicações/PIB	Mede a atenção dada pelo País às questões relacionadas a telecomunicações.

FONTE: Anatel.

Indicador	Descrição
Comparação dos custos no Brasil <i>versus</i> tarifas internacionais	Comparação das tarifas médias nacionais DDD, DDI e Transferência de Dados com as mesmas tarifas dos países da OECD.

FONTE: Anatel / OECD.

4.4 Assegurar Disponibilidade de Infra-estrutura de Saneamento Básico

O setor de saneamento básico apresenta elevado déficit e baixa qualidade de serviços. A intensa urbanização e o rápido crescimento da população, conjugados com um baixo nível de investimentos, resultam em uma prestação de serviço insuficiente.

Um dos principais problemas é a falta de clareza e de estabilidade no marco regulatório, a deficiência das estruturas institucionais e a inexistência de financiamento adequado, que inibem os investimentos, especialmente o aporte de recursos privados.

A importância desse objetivo está centrada na utilização racional dos recursos hídricos e na coleta de resíduos sólidos com eficiência e preços competitivos.

Para superar o déficit setorial e ampliar a cobertura dos serviços, faz-se necessário criar um ambiente institucional e regulatório favorável ao investimento privado e aperfeiçoar o sistema institucional e de financiamento público. A aprovação de uma lei federal sobre a matéria revela-se de especial importância para esse fim.

Indicador	Descrição
Custo de captação da água	Mede o custo de captação de água para uso industrial retirada das bacias hidrográficas (em R\$/m ³).

FONTE: ANA.

Indicador	Descrição
Tratamento de esgotos gerados	Porcentagem de esgoto recolhido que é tratado.

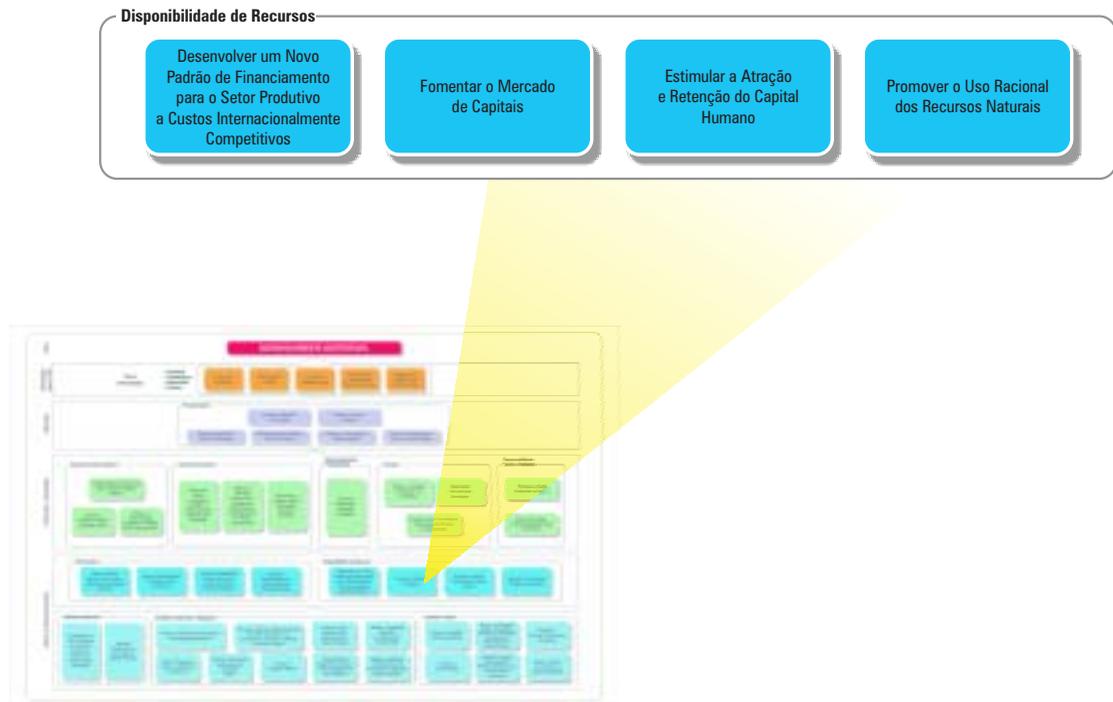
FONTE: Ministério das Cidades.

Indicador	Descrição
Coleta de esgoto domiciliar	Domicílios atendidos por rede coletora de esgotos.

FONTE: PNAD / IBGE.

5. Disponibilidade de Recursos

A disponibilidade de recursos financeiros, de recursos humanos e a capacidade do aproveitamento racional dos recursos naturais são elementos críticos da estratégia competitiva da indústria brasileira.



5.1 Desenvolver um Novo Padrão de Financiamento para o Setor Produtivo a Custos Internacionalmente Competitivos

A expansão da capacidade de produção em um ritmo elevado está condicionada às alternativas e ao padrão de financiamento do setor produtivo privado. O financiamento às empresas no Brasil é inadequado, insuficiente e caro. Esses problemas são mais graves para as empresas de menor porte e para os empréstimos a longo prazo, como no financiamento ao investimento.

O saldo das operações de crédito do sistema financeiro no Brasil, para o setor privado, está em torno de 25% do PIB, um volume pequeno quando se observa que, no Chile, o valor gira em torno de 68%, nos Estados Unidos é de 73% e na área do Euro é superior a 100%.

Além da escassez de recursos, outro entrave ao financiamento ao setor produtivo no País é o elevado *spread* bancário, que faz com que a taxa de juros para o tomador de empréstimo seja muito maior que a taxa básica de juros da economia. Entre os determinantes deste *spread*, destacam-se o

risco de variação da taxa de juros; a cunha fiscal; as despesas administrativas; o nível ainda insuficiente de concorrência entre os bancos na oferta de crédito; o fato de o Estado ser um grande tomador de empréstimo; e a falta de segurança jurídica dos contratos. A busca de um novo padrão de financiamento para o setor produtivo requer a redução do *spread* bancário.

Indicadores	Descrição
Crédito/PIB	Indica quanto o volume de crédito do sistema financeiro representa em relação ao PIB.

FONTE: Banco Central.

Indicadores	Descrição
<i>Spread</i> Bancário	Indica a diferença em pontos percentuais entre o custo de captação e as operações de crédito com recursos livres dos bancos.

FONTE: Banco Central.

Indicadores	Descrição
Taxas Real de Juros	Indica a taxa básica de Juros (Selic) descontada a inflação.

FONTE: Banco Central.

5.2 Fomentar o Mercado de Capitais

O fomento ao mercado de capitais em uma economia de mercado é fundamental para o desenvolvimento de sua indústria e para o crescimento econômico. O mercado de capitais aproxima as firmas industriais de investidores individuais.

As fontes tradicionais de financiamento no Brasil não têm sido suficientes para proporcionar soluções para a escassez de crédito na economia. Esse fenômeno também se observa no mercado de capitais. No Brasil, a taxa de capitalização bursátil, definida como a razão entre o valor de mercado das ações listadas em bolsa e o PIB, está em torno de 40%, contra cerca de 100% no Chile e 182% nos EUA.

O desenvolvimento do mercado de capitais é estratégico para a indústria. É uma alternativa de financiamento direto ao setor produtivo, pois direciona uma fração maior da poupança interna para o seu financiamento.

Indicador	Descrição
Capitalização bursátil	Valor total das ações negociadas em bolsa de valores sobre o PIB.

FONTE: Bovespa.

5.3 Estimular a Atração e Retenção do Capital Humano

O potencial de geração de inovação do País está associado à capacidade de acesso ao conhecimento e à qualidade do capital humano existente no sistema de inovação, que abrange empresas e centros de pesquisa.

O Brasil tem aumentado significativamente sua produção científica. Um importante desafio é materializar esse conhecimento em inovação. A criação de mecanismos de absorção e retenção de pesquisadores nas empresas é um passo necessário. Seu impacto será tanto maior quanto a capacidade do País em reter seus cientistas e engenheiros, bem como atrair trabalhadores e pesquisadores qualificados de outros países .

Indicador	Descrição
<i>Brain Drain</i>	Índice de percepção do empresariado brasileiro em relação à retenção de cérebros no Brasil, calculado pelo WEF. Posição no <i>ranking</i> .

FONTE: WEF.

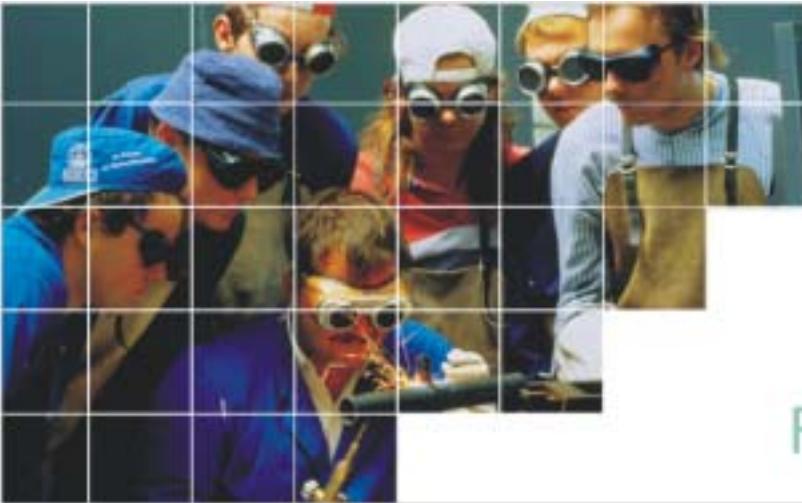
5.4 Promover o Uso Racional dos Recursos Naturais

O uso racional dos recursos naturais é parte essencial da estratégia da indústria voltada para o desenvolvimento sustentável. Para tanto, a indústria deve adequar seus processos produtivos, visando a racionalização do uso de insumos, em particular dos recursos naturais; a minimização da geração de resíduos e desperdícios; o reaproveitamento dos produtos após o consumo; e a minimização dos impactos ambientais decorrentes da exploração dos recursos naturais.

A adoção de práticas que conduzam ao uso racional dos recursos naturais é um importante vetor de diversificação de negócios, aumentando a competitividade e permitindo uma maior aderência das práticas industriais aos objetivos da responsabilidade social corporativa.

Indicador	Descrição
Intensidade Energética	Indica quanto a indústria de transformação consome de energia em TEP (Tonelada Equivalente de Petróleo) para gerar U\$ 1000 do PIB, servindo como medida de eficiência energética.

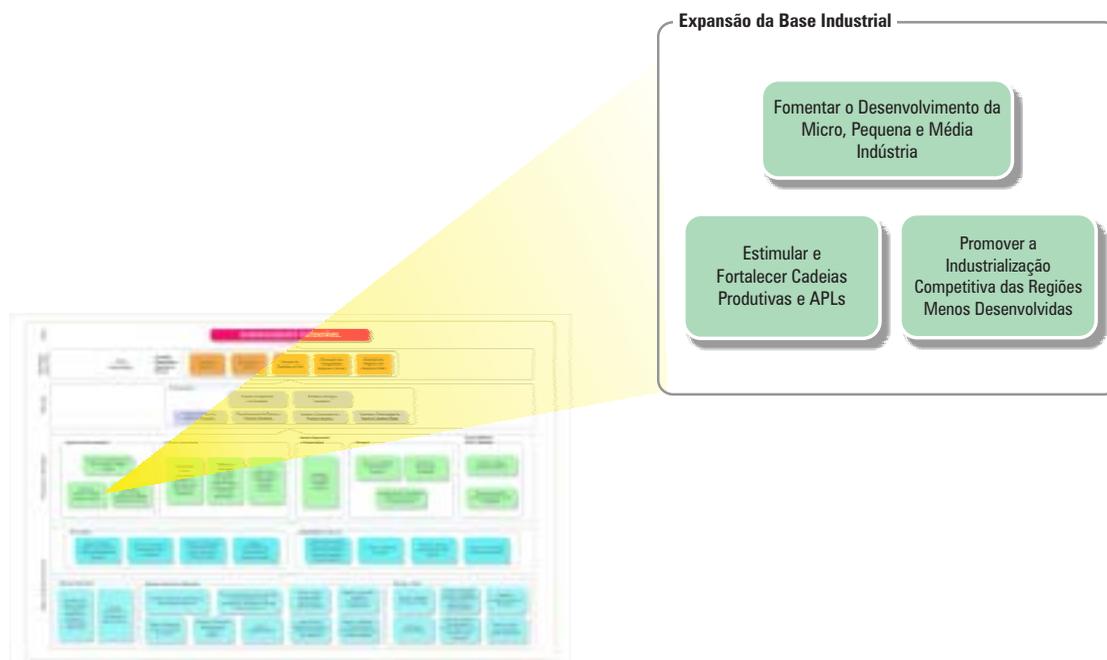
FONTE: BEN/MME.



Processos e Atividades

■ 6. Expansão da Base Industrial

A expansão da base industrial é um elemento vital do Mapa Estratégico. Seu sucesso dependerá do conjunto de ações que compõe o Mapa, mas será especialmente dependente de iniciativas que fortaleçam as cadeias produtivas e arranjos produtivos locais, que promovam o desenvolvimento das micro e pequenas empresas e a industrialização competitiva das regiões menos favorecidas.



6.1 Fomentar o Desenvolvimento da Micro, Pequena e Média Indústria

As Micro e Pequenas Indústrias (MPI) são um dos pilares de sustentação da economia em razão de seu número, abrangência, capilaridade e capacidade de geração de empregos. As MPIs empregavam, em 2002, 3,6 milhões de pessoas, ou 47% da força de trabalho da indústria brasileira.

A Sondagem Industrial CNI revela que, historicamente, a evolução do nível de atividade é sempre pior para as pequenas e médias empresas industriais, que para as de grande porte. Problemas como a falta de capital de giro, de baixa demanda, inadimplência dos clientes e distribuição do produto afetam com mais força as empresas de menor porte.

Incentivar o crescimento das micro, pequenas e médias indústrias é, pela sua importância na economia brasileira, fundamental para promover um crescimento gerador de empregos e com ampla abrangência setorial e territorial.

Indicador	Descrição
Participação das Pimes no crédito	Porcentagem das pequenas e médias empresas no volume financiado pelos bancos oficiais.

FONTE: BNDES, BB e BNB.

6.2 Estimular e Fortalecer Cadeias Produtivas e APLs

Os arranjos produtivos locais e o fortalecimento das cadeias produtivas criam vantagens competitivas no setor industrial, em especial nas pequenas empresas. Essa maior competitividade deriva dos efeitos da proximidade e da intensidade das relações das empresas entre si e com as instituições locais.

Ganhos de competitividade estrutural e sistêmica são gerados, por meio de um maior acesso a mercados e à tecnologia, da elevação do grau de encadeamentos de negócios e da interatividade e conectividade das empresas do setor nos elos e/ou na estrutura de cadeia produtiva.

Apoiar os arranjos produtivos locais é criar condições para o aumento da competitividade e a sustentabilidade das micro e pequenas industriais, ao fortalecer o território e o ambiente econômico e institucional local. Devem ser consideradas iniciativas voltadas ao capital humano (os conhecimentos, habilidades e competências da população local, as condições e a qualidade de vida), ao capital social (os níveis de confiança, cooperação, reciprocidade, organização social e capacidade de influência da população local), à governança (a capacidade gerencial do governo e os níveis de participação e controle social) e ao uso sustentável dos recursos naturais.

Indicador	Descrição
Empresas apoiadas em APLs	Quantidade de empresas que recebem apoio em Arranjos Produtivos Locais acompanhadas pelo Sebrae.

FONTE: Sebrae.

Indicador	Descrição
Colaboração entre fornecedores e clientes nos APLs e cadeias	Indicador, aferido anualmente em mais de 100 países, que busca medir a percepção empresarial quanto ao grau de colaboração entre fornecedores e clientes nos APLs e cadeias.

FONTE: WEF.

6.3 Promover a Industrialização Competitiva das Regiões Menos Desenvolvidas

O Brasil apresenta elevada concentração da produção industrial. As regiões Sul e Sudeste respondem por 82,7% do PIB da indústria de transformação (dados 2001).

Essa concentração tem origem no padrão de industrialização do passado, mas se mantém em função da permanência de desvantagens nas regiões menos desenvolvidas, que elevam o custo do investimento e de operação, reduzem a atratividade e desestimulam o investimento industrial.

As razões para o menor desenvolvimento relativo se encontram na deficiente infra-estrutura, em especial de transporte e energia; na baixa capacidade de poupança local; e nas lacunas do sistema educacional e tecnológico das regiões com defasagem econômica.

Ao mesmo tempo, essas regiões apresentam potencial de desenvolvimento industrial, principalmente naqueles produtos intensivos em algumas matérias-primas locais e mão-de-obra. Nesses casos, a competitividade pode ser alcançada desde que os diferenciais de custo e atratividade causados pelas deficiências sistêmicas sejam anulados.

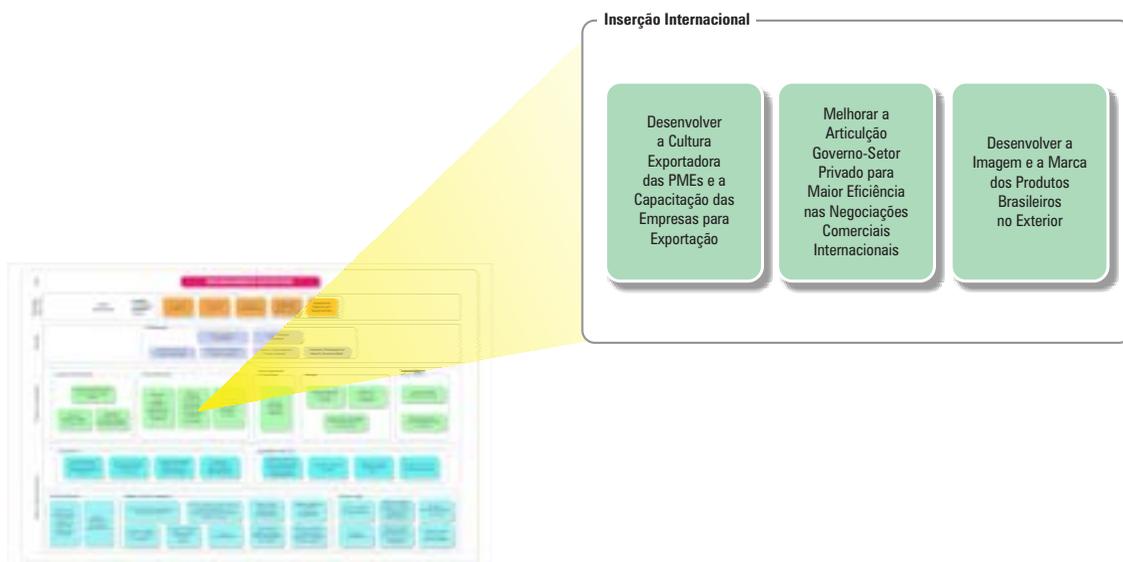
Uma atividade industrial espacialmente melhor distribuída tem diversos benefícios para a própria indústria e o País. Promover a transformação industrial nos locais próximos às áreas de oferta dos recursos contribui para o melhor aproveitamento destes e diminui o volume de material transportado, com impacto sobre a eficiência do sistema de transporte. A desconcentração da produção conduz à geração de empregos fora do eixo congestionado do Sul-Sudeste, com a conseqüente criação de um mercado interno integrado e dinâmico.

Indicador	Descrição
Crescimento do PIB Industrial no N e NE	Taxa de crescimento anual do PIB calculado para a indústria de transformação nas regiões Norte e Nordeste

FONTE: IBGE.

7. Inserção Internacional

A maior inserção do Brasil no comércio internacional de bens e serviços é estratégica para alavancar o potencial de crescimento do País e indispensável para a estabilidade dos fundamentos macroeconômicos e para o bom desempenho das empresas. A expansão do fluxo de comércio e de investimentos eleva a capacidade de adaptação da economia a choques econômicos e incentiva a competitividade das empresas, incentivando a melhoria da qualidade, o aumento da produtividade e a agregação de valor aos produtos.



7.1 Desenvolver Cultura Exportadora das PMEs e a Capacitação das Empresas para a Exportação

O Brasil precisa desenvolver uma cultura exportadora que identifique o mercado externo como um objetivo permanente, e aprimorar a capacitação das empresas, em particular das pequenas e médias, para a atividade exportadora.

A cultura exportadora acontece por meio de uma série de iniciativas que visam promover mudanças de atitude das empresas e da burocracia em relação ao mercado externo. Essas medidas devem contemplar a difusão de conhecimento e informações para capacitar o setor empresarial para a atividade exportadora. Devem, também, contribuir para conscientizar a burocracia brasileira sobre a importância da adoção de procedimentos ágeis e simples, que facilitem a operação das empresas exportadoras.

A disseminação dessa visão favorecerá uma postura proativa dos empresários em relação ao mercado internacional e contribuirá para a percepção da exportação como uma atividade permanente e lucrativa. Como resultado, as empresas passarão a incorporar o mercado externo em seu planejamento estratégico, reduzindo o componente cíclico da atividade exportadora.

O desenvolvimento da cultura exportadora é crucial para a inserção internacional das PMEs brasileiras. A maior participação dessas empresas no comércio internacional não apenas irá melhorar o desempenho das exportações, mas também possibilitará maior geração de empregos, investimentos em novas tecnologias e uso de modernas formas de gestão, aumentando a competitividade global. Para tanto, é necessário tornar mais acessíveis para as PMEs os instrumentos governamentais existentes.

Indicador	Descrição
Exportadoras regulares	Quantidade de empresas que se mantém na atividade exportadora conforme critérios da Funcex.

FONTE: Funcex.

Indicador	Descrição
Receita de Exportações da Indústria	Indica o percentual de faturamento das empresas industriais advindos de exportação.

FONTE: CNI.

Indicador	Descrição
Total de Exportações / PIB	Participação anual das exportações (em Reais) do País em relação ao Produto Interno Bruto.

FONTE: Funcex.

Indicador	Descrição
Receita de Exportação das PMEs	Aferido anualmente por meio de pesquisa realizada pela CNI, mede o esforço exportador das micro e pequenas empresas.

FONTE: CNI.

7.2 Melhorar a Articulação Governo-Setor Privado para maior Eficiência nas Negociações Comerciais Internacionais.

As negociações internacionais tornaram-se um componente central da agenda da política comercial brasileira. A remoção das barreiras comerciais é fundamental para que o País possa expandir suas exportações. É importante que o País tenha clareza sobre os seus objetivos. Suas estratégias devem estar voltadas tanto para viabilizar um maior acesso a mercados, quanto para preservar a implementação de políticas domésticas compatíveis com o crescimento.

A administração do complexo quadro de negociações em que o Brasil está inserido requer a manutenção de canais fluidos e institucionalizados de consulta entre o setor público e o setor empresarial.

Aos empresários cabe um papel de destaque nos mecanismos de consulta entre o governo e a sociedade civil. Por meio das atividades comerciais e dos investimentos as empresas assumem riscos, criam empregos e geram renda.

Os governos negociam os acordos, mas são os empresários que dão vida a eles. É primordial que os empresários brasileiros tenham uma maior participação na definição das estratégias e na formulação das posições brasileiras para as diversas frentes de negociação, e que haja um maior engajamento das lideranças empresariais, com mais vivência na temática internacional.

A melhoria da participação empresarial nesse processo requer o acesso às informações sobre os objetivos da política brasileira de integração internacional e sobre a evolução das negociações em tempo hábil, para apresentar ao governo suas visões e posicionamentos. A comunicação de decisões já tomadas confere transparência, mas não permite participação ou influência.

A institucionalização do processo de consultas necessita da definição de procedimentos previsíveis e estáveis, a serem observados pelo governo e pelo setor empresarial durante o processo negociador em todos os acordos comerciais em que o Brasil estiver presente. Isto dará mais segurança aos negociadores e representantes empresariais, conferindo maior transparência ao processo de influência e defesa de interesses.

Indicador	Descrição
Índice de articulação entre o setor privado e o governo.	Pesquisa de opinião a ser formatada e aplicada anualmente para medir a percepção do industrial brasileiro sobre a articulação governo/setor privado.

FONTE: CNI.

Indicador	Descrição
Índice de adoção de propostas do setor empresarial nos acordos negociados	Comparação entre as posições defendidas pela indústria e os compromissos firmados nos acordos.

FONTE: CNI.

7.3 Desenvolver a Imagem e Marca dos Produtos Brasileiros no Exterior

A construção de uma imagem para os produtos da indústria brasileira que realce suas características intrínsecas – qualidade, diversidade, inovação, atualidade, *design* e identidade cultural – é importante para o desenvolvimento exportador.

O conhecimento dos produtos brasileiros no exterior é limitado e não está associado à qualidade, ao aprimoramento tecnológico e à modernização da indústria brasileira. Pesquisa realizada em 2001, em 22 países e com 8.900 entrevistados, revelou que o café continua sendo o produto brasileiro mais conhecido no exterior (58,2%).

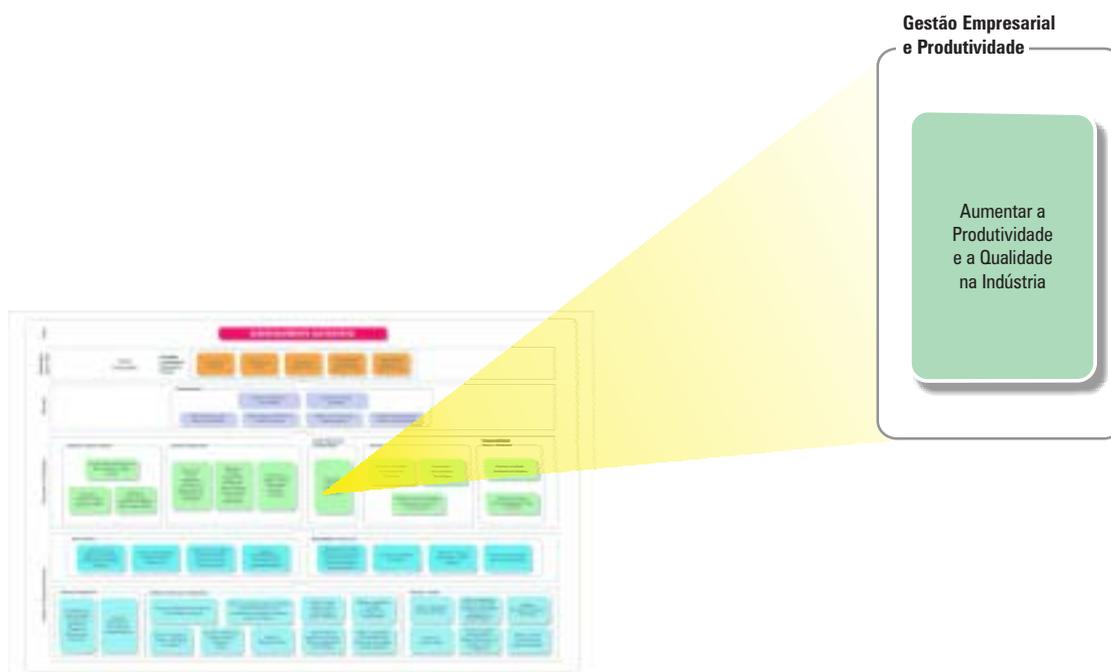
Em parceria com o governo federal e com a APEX, a indústria brasileira deve ter como um importante objetivo estimular a realização de ações de comunicação para a formação de imagem do Brasil em mercados selecionados e campanhas estruturadas para a promoção de setores industriais e marcas.

Indicador	Descrição
Marcas Brasileiras entre as 1.000 mais valiosas	Indica a quantidade de marcas brasileiras classificadas entre as 1.000 mais valiosas do mundo.

FONTE: Interbrand.

■ 8. Gestão Empresarial e Produtividade

A produtividade é uma variável chave do processo de crescimento. Elevar a produtividade é a única forma sustentável de expandir a renda e a qualidade de vida da população. Várias das ações do Mapa têm impacto sobre a produtividade da economia. Mas uma fonte importante da produtividade tem que ser buscada com obsessão: a melhoria contínua da gestão empresarial.



8.1 Aumentar a Produtividade e a Qualidade na Indústria

A competitividade das empresas está diretamente ligada à sua produtividade. Nos anos 90, a indústria brasileira conseguiu aumentar significativamente sua produtividade (taxa média anual de 8,1%) e, conseqüentemente, sua competitividade.

Esses elevados ganhos de produtividade foram proporcionados por investimentos em desobstrução de gargalos, reposição de equipamentos e reorganização gerencial. Sua projeção para o futuro depende da continuidade desses esforços, mas, principalmente, da intensidade do processo de inovação das empresas.

A década passada também registrou forte movimento no setor produtivo em busca da qualidade de seus produtos e serviços. Esse movimento, que gerou resultados expressivos, a exemplo do grande número de empresas certificadas, foi responsável por parte da capacidade competitiva de nossas empresas e integra o processo de expansão da nossa produtividade.

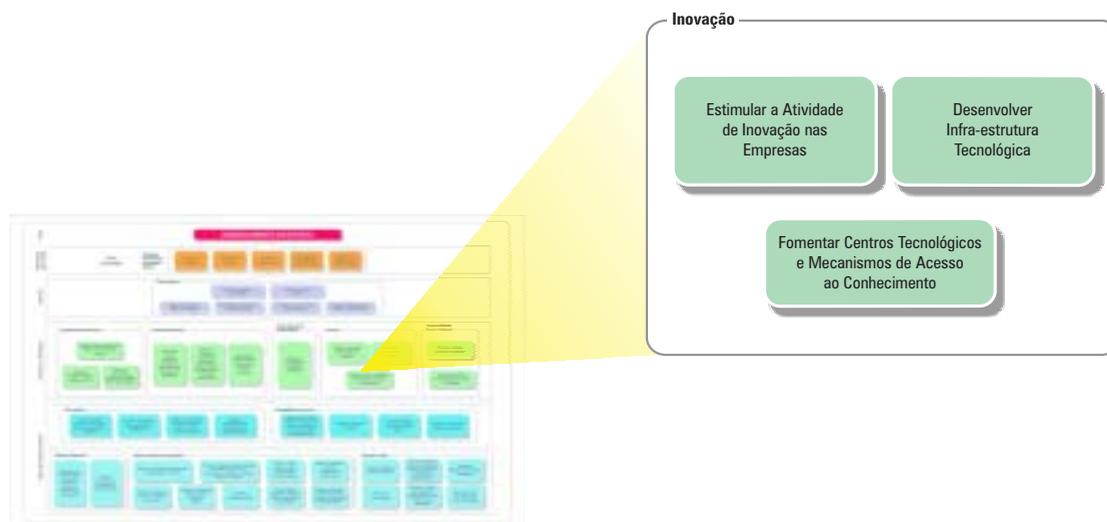
O aumento da produtividade e da qualidade da indústria são elementos centrais da expansão da participação brasileira no mercado global.

Indicador	Descrição
Índice de Produtividade	Índice de produção industrial (IBGE) / Horas Trabalhadas (CNI).

FONTE: IBGE/CNI.

■ 9. Inovação

A inovação é fundamental para a estratégia industrial brasileira. Criar um ambiente favorável à inovação, dispor de uma adequada infra-estrutura tecnológica e de centros de conhecimento com capacidade de transformar pesquisas em resultados são imprescindíveis para o sucesso da indústria nos próximos dez anos.



9.1 Estimular a Atividade de Inovação nas Empresas

A geração da inovação depende fundamentalmente da iniciativa das empresas. Inovação é a aplicação, pela empresa, de conhecimento existente ou especialmente elaborado para a implantação de novos produtos, processos de produção e de comercialização.

A inovação tem um papel estratégico na construção das bases para o aumento da competitividade, da produtividade e, conseqüentemente, do crescimento econômico. Com o estímulo à inovação nas empresas, a indústria brasileira será capaz de ofertar produtos e serviços competitivos, de qualidade e de maior valor agregado, contribuindo para maior participação do Brasil no comércio global.

A intensificação da inovação nas empresas requer um regime de incentivos comparável ao existente nas economias mais desenvolvidas. A mudança do sistema vigente de incentivos é fundamental para que o Brasil seja capaz de responder ao desafio de ampliar a capacidade de inovação e introduzir com maior freqüência novos produtos e processos no mercado.

Devem ser fomentadas as mais diversas atividades inovadoras, que incluem o desenvolvimento interno e a aquisição externa de P&D, o licenciamento de direitos de exploração de patentes e aquisição de *know-how* e *softwares*, a aquisição de máquinas e equipamentos e as atividades de treinamento, orientadas para a criação de produtos ou processos tecnologicamente novos ou significativamente aperfeiçoados.

Indicador	Descrição
Depósitos de Patentes	Patentes brasileiras depositadas no Escritório de Patentes dos Estados Unidos.

FONTE: US Patent Office.

Indicador	Descrição
Índice de Inovação	Porcentagem das empresas industriais que implementaram inovações de produtos e/ou processo.

FONTE: Pintec/IBGE.

Indicador	Descrição
Investimento Privado em Inovação / PIB	Indica o volume de investimentos privados em inovação em relação ao PIB.

FONTE: MCT.

9.2. Desenvolver Infra-estrutura Tecnológica

O acesso a mercados competitivos exige uma crescente rede de infra-estrutura tecnológica, apta a atender a demanda por ensaios, testes, avaliação de conformidade e processos de certificação. Estes são elementos que atestam a qualidade e o padrão dos produtos e são cada vez mais requeridos nos fluxos internacionais de comércio e nos mercados consumidores submetidos a uma crescente regulação.

Os serviços oferecidos por essa rede abrangem as áreas de Metrologia, Normalização, Regulação Técnica, Avaliação de Conformidade e Suporte à Pesquisa-Desenvolvimento-Engenharia. Para tanto, já existe uma infra-estrutura que precisa ser consolidada e expandida, que garante o seu credenciamento de acordo com parâmetros técnicos internacionais e reforça o foco de sua atuação na prestação de serviços ao setor produtivo.

Indicador	Descrição
Investimento público em TIB	Indica a relação entre o total investido pelo governo em TIB e os orçamentos do MCT e MDIC.

FONTE: MCT e MDIC.

9.3 Fomentar Centros Tecnológicos e Mecanismos de Acesso ao Conhecimento

As empresas industriais brasileiras se utilizam com frequência da coleta de dados e informações técnicas e científicas para apoiar suas decisões de alterar produtos e métodos. O acesso ao conhecimento é essencial para garantir a eficácia do processo de inovação. Os caminhos que levam à identificação do conhecimento necessário para a geração da inovação ocorrem de formas variadas.

Os centros tecnológicos – nas próprias empresas ou fora delas – são áreas privilegiadas nesse contexto. Em grande medida, são responsáveis pela identificação do conhecimento demandado por elas e, não raro, são também encarregadas pelo seu desenvolvimento. Em alguns tipos de empresa, a constituição *intramuros* de centros tecnológicos é parte integrante do seu crescimento de negócios e elemento central da sua gestão estratégica.

Em razão da heterogeneidade do setor industrial e do grande número de empresas de médio e pequeno porte, o estímulo à rede de centros tecnológicos requer a consolidação de centros externos – públicos e privados –, que permitam economias de escala e de escopo, divisão de custos e de riscos e o incremento na formação de redes e parcerias.

Garantir a constante atualização de infra-estrutura e de recursos humanos desses centros é fator decisivo para maior atividade inovadora das empresas brasileiras, compatível com o objetivo de maior inserção competitiva da indústria no mercado mundial.

Indicador	Descrição
Índice de produtividade dos serviços prestados	Indica a relação entre o número de serviços prestados e o total da força de trabalho dedicada à atividade-fim da organização.

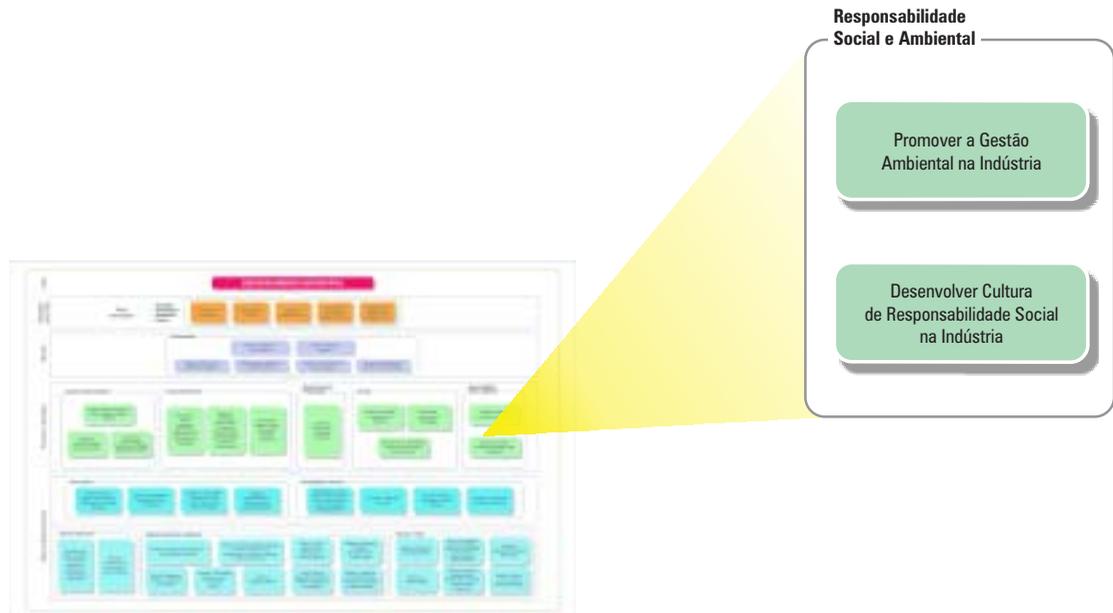
FONTE: ABIPTI.

Indicador	Descrição
Consultas ao BD de patentes - INPI	Indica a quantidade de consultas ao banco de dados de patentes do INPI.

FONTE: INPI.

10. RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A visão da indústria sobre o seu futuro contempla o incentivo a uma cultura de responsabilidade social corporativa e a utilização crescente de instrumentos de gestão ambiental.



10.1 Promover a Gestão Ambiental na Indústria

A gestão ambiental é uma importante ferramenta de modernização e competitividade das indústrias. Procedimentos de gestão ambiental, crescentemente adotados pelas empresas, são indicativos de comprometimento com a preservação do meio ambiente e suplementam mecanismos de regulação impositivos.

As questões ambientais, relacionadas às atividades da indústria, assumiram uma importância crescente a partir da década de 90 e afetam decisivamente a vida das empresas. As exigências ambientais passaram a transformar-se em requisito no comércio internacional. As normas ambientais da série internacional ISO 14.000 simbolizam essa tendência.

O objetivo da indústria é desenvolver uma atitude proativa na gestão ambiental, envolvendo fornecedores, comunidades, órgãos competentes e demais partes interessadas, de modo a assegurar a sustentabilidade de projetos, empreendimentos e produtos ao longo do seu ciclo de vida.

Indicador	Descrição
Certificados ISO 14.001	Indica a quantidade de indústrias de transformação com certificados ISO 14.001 (gestão ambiental) válidos.

FONTE: Inmetro.

10.2 Desenvolver Cultura de Responsabilidade Social na Indústria

A cultura da responsabilidade social tem se incorporado às estratégias corporativas. É parte do processo de gestão empresarial e vem introduzindo novas respostas para o desenvolvimento sustentável dos negócios.

Existem diversas ferramentas de gestão da responsabilidade social nas empresas. É necessário capacitar as instituições para a adoção dessas ferramentas, como também para compreender melhor o contexto exato em que se dá a discussão sobre responsabilidade social empresarial, largamente confundida com ações sociais, filantropia e voluntariado.

Essa responsabilidade deve ser compreendida e implantada como parte da governança corporativa, visando a sustentabilidade das empresas e dos negócios, considerando as diferentes demandas e necessidades dos diversos públicos ou partes interessadas (*stakeholders*).

Indicador	Descrição
Certificados OHSAS 18.001 e BS 8800	(Transformação+Construção Civil) certificadas com base nos Sistemas de Gestão de SST segundo as "normas" OHSAS 18001 e BS 8800.

FONTE: QSP.

Indicador	Descrição
Empresas com Balanço Social	Indica o número de empresas que publicaram o balanço social.

FONTE: Ethos e Ibase.

